

Revista

Ano XV - Nº 88
mar./abr. - 2023



Financiamento autorizado,
pode ser alterado pelos Correios

Poli

SAÚDE • TRABALHO • EDUCAÇÃO

SAÚDE NO TRABALHO
Crescem os debates sobre saúde mental em espaço laboral

HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA
Lei que prevê educação antirracista nas escolas completa 20 anos



DADOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Como mais de dois anos de atraso do Censo afetam a produção de informação e planejamento de ações governamentais

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) é uma unidade técnico-científica da Fiocruz que promove atividades de ensino, pesquisa e cooperação no campo da Educação Profissional em Saúde. A EPSJV oferece cursos técnicos de nível médio, de especialização e de qualificação nas áreas de Vigilância, Atenção, Informações e Registros, Gestão, Técnicas Laboratoriais, Manutenção de Equipamentos e Radiologia, além da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e de um Programa de Pós-graduação em Educação Profissional em Saúde.

A EPSJV coordena e desenvolve programas de ensino em áreas estratégicas para a Saúde Pública e para Ciência e Tecnologia em Saúde; elabora propostas para subsidiar a definição de políticas para a educação profissional em saúde e para a iniciação científica em saúde; formula propostas de currículos, cursos, metodologias e materiais educacionais; e produz e divulga conhecimento nas áreas de Trabalho, Educação e Saúde. A Escola também é Centro Colaborador da Organização Mundial de Saúde para a Educação de Técnicos em Saúde e Secretaria Executiva da Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (RETS).

www.epsjv.fiocruz.br


 EPSJVFiocruz

 @epsjv_Fiocruz

 @epsjvFiocruz

 epsjv/Fiocruz

 epsjv - Fiocruz

 +55 (21) 96473-6462* *Para receber as mensagens da lista do WhatsApp da EPSJV você precisa salvar esse número no seu telefone e enviar uma mensagem com seu nome completo.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
Av. Brasil, 4.365 – Manguinhos – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 21040-360
Tel.: 21 3865-9797

Revista

Poli

SAÚDE • TRABALHO • EDUCAÇÃO

EXPEDIENTE

Ano XV - Nº 88 - mar./abr. - 2023

Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação

Profissional em Saúde

ISSN 1983-909X

Coordenadora de Comunicação, Divulgação e Eventos
Talita Rodrigues

Edição e Reportagem

Erika Farias

Juliana Passos

Projeto Gráfico

Maycon Gomes

Diagramação

José Luiz Fonseca Jr.

Marcelo Paixão

Maycon Gomes

Capa

Maycon Gomes

Fotos da capa

Eben Kassaye (Unplash)

Marcelo Camargo (ABR)

Maycon Gomes (EPSJV/Fiocruz)

Peggy Marco (Pixabay)

Pixabay [creche]

Pixabay [hospital]

Mala Direta e Distribuição

Valéria Melo

Portal EPSJV

André Antunes

Mídias Sociais

Larissa Guedes

Comunicação Interna

Júlia Neves

Talita Rodrigues

Editora Assistente de

Publicações

Gloria Carvalho

Assistente de

Gestão Educacional

Silvia Tanajura

Solange Maria

Tiragem

12.000 exemplares

Periodicidade

Bimestral

Gráfica

Imprimindo Conhecimento

Conselho Editorial

Alda Lacerda

Alexandre Moreno

Ana Reis

Anamaria Corbo

Carolina Dantas

Cristiane Sendim

Edilene Pereira

Etelcia Molinaro

Ingrid D'avilla

Letícia Batista

Luana Freitas

Marcia V. Morosini

Monica Vieira

Paulea Zaquini

Raquel Moratori

SUMÁRIO

2

NOTAS

4

CAPA

O censo demográfico está de volta

12

EDUCAÇÃO

O papel da educação na luta antirracista

17

ALMANAQUE

70 anos da greve dos 300 mil

18

ENTREVISTA

Angélica Baptista Silva

'A telessaúde deve estar a serviço do SUS'

22

CONTROLE SOCIAL

Espaços de diálogo:

o retorno dos conselhos de participação

26

SAÚDE NO TRABALHO

Alertas globais chamam a atenção para o papel do trabalho na saúde mental

31

DICIONÁRIO

Agroecossistema



TANIA REGO / ABR

Receba a Revista Poli e assine nosso boletim pelo site

www.epsjv.fiocruz.br

Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Sala 306

Av. Brasil, 4.365 Manguinhos – Rio de Janeiro - RJ CEP.: 21040-360

Tel.: (21) 3865-9718 Fax: (21) 2560-7484 – e-mail: comunicacao.epsjv@fiocruz.br

●● Governo retoma programa Mais Médicos com incentivo à especialização

PETER ILICIEV / FIOCRUZ

No final de março, o governo federal anunciou o novo formato do programa que distribuirá profissionais de saúde em municípios mais distantes e grandes centros onde haja carência de trabalhadores. Agora sob o nome de Mais Médicos para o Brasil, o programa dará prioridade para brasileiros, ao contrário da edição anterior, em que as equipes eram formadas principalmente por cubanos. A previsão do governo é que até o final de 2023, 28 mil profissionais integrem o programa e atuem, principalmente, em áreas de extrema pobreza e contemple 96 milhões de pessoas. O primeiro edital, lançado em março, prevê o preenchimento de 5 mil vagas. Em uma segunda etapa, outros 10 mil médicos devem ser chamados, mas em uma modalidade de contratação em que haja contrapartida dos municípios e, ao mesmo tempo, conceda maior autonomia à gestão municipal. De acordo com os números anunciados no lançamento do programa, a



União fará um investimento de R\$ 712 milhões em 2023.

Para garantir a permanência prolongada dos médicos, o Ministério da Saúde (MS) anunciou uma série de incentivos aos profissionais. Aqueles que tiverem obtido Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) poderão abater a dívida em um percentual variável pelo tempo de participação no programa. A especialização também será incentivada durante o

programa e, por isso, selecionados poderão cursar especialização e mestrado durante os quatro anos de contrato, prorrogável por igual período. No mesmo dia do lançamento do programa, em 20 de março, também foi criada a Comissão Interministerial de Gestão da Educação na Saúde, sob o decreto nº 11.440/2023. Essa será uma comissão consultiva, responsável por propor diretrizes para a formação de recursos humanos na área de saúde, a expansão da educação profissional, tecnológica e superior na área de saúde e a especialização nas modalidades de residência médica e multiprofissional. A Comissão será responsável ainda por identificar, anualmente, a capacidade instalada do SUS. ●

●● Trabalhadores essenciais tem as condições mais precárias, diz OIT

A Organização Mundial do Trabalho (OIT) divulgou, em 15 de março, um relatório em que destaca o papel dos trabalhadores em posições consideradas essenciais, aqueles que atuam no setor de saúde, abastecimento e distribuição de alimentos, transporte, ocupações manuais, técnicas e administrativas. Nos 90 países analisados, em média, esses trabalhadores ocupam 52% das posições existentes. No entanto, a diversificação da economia nos países de alta renda permite que essa proporção seja mais baixa. A publicação destaca que foram

esses trabalhadores os mais suscetíveis ao vírus da Covid-19, em especial os trabalhadores dos transportes, que tiveram uma taxa de mortalidade mais alta do que aqueles que atuaram na saúde. No topo desse ranking estão motoristas de vans, caminhões e ônibus. Os técnicos em enfermagem estão na nona posição.

Em relação à remuneração, cerca de 30% desses trabalhadores recebem baixos salários, o que significa receber menos de dois terços do salário médio do país. Em média, o salário é 26% menor do que os demais.

A maior proporção dos baixos salários está no setor de alimentação, que inclui agricultores, com 47%, e nos setores de limpeza e saneamento com 31%. Outra característica do trabalho é a longa jornada, em média 48 horas semanais em todo o mundo. A terceirização e o preenchimento de vagas temporárias é a realidade para a maioria daqueles que trabalham com limpeza e segurança, mas o relatório destaca que essa é uma situação cada vez mais presente na vida dos trabalhadores da saúde, além da falta de proteção social, em último lugar na lista. Nos países de renda média, como é o caso do Brasil, cerca de 60% não contam com alguma proteção social. A situação é especialmente difícil para os países de renda baixa, em que apenas 17% desses trabalhadores contam com direitos sociais. Como conclusão, o documento diz que os dados revelam a importância da proteção da saúde e segurança no trabalho, assim como uma maior segurança associada ao trabalho em locais de trabalho formais, com representatividade para negociação coletiva de seus direitos. ●

MEC abre consulta pública sobre Reforma do Ensino Médio

DANIEL MELLO / ABR



O Ministério da Educação abriu uma consulta pública sobre a Reforma do Ensino Médio a partir da Portaria 399, lançada em 8 de março. De acordo com o texto, estão previstas audiências públicas, oficinas de trabalho, seminários e pesquisas nacionais com estudantes, professores e gestores sobre a experiência de implementação do Novo Ensino Médio (NEM). O prazo para a realização de todas as atividades é de 90 dias, podendo ser prorrogado. Após o encerramento da consulta, a Secretaria de Articulação Intersectorial, os Sistemas de Ensino (Sase) e órgãos responsáveis por coordenar o processo, terão 30 dias para apresentar um relatório final ao ministro da Educação, Camilo Santana.

Prevista pela lei nº 13.415 de 2017, a Reforma do Ensino Médio reduz a carga horária básica para 1.800 horas, em vez de 2.400. Em troca, os estudantes teriam a oportunidade de escolher seus itinerários de formação,

em que seriam direcionados para suas áreas de atuação de preferência. Em entrevista ao Portal EPSJV, o professor Fernando Cássio argumenta que a reforma aprofunda as desigualdades educacionais. “A gente percebeu, primeiro, que a escolha não tem nada a ver com a oferta. Há uma série de variáveis que influenciam nessa oferta de itinerários, e, portanto, nessa liberdade de escolha: o tamanho da escola, o tamanho do município, a quantidade de professores disponíveis e as próprias decisões dos diretores para fazer uma gestão escolar minimamente factível. Observamos que mesmo entre escolas grandes que poderiam ofertar mais itinerários, a tendência é para uma oferta de menor variedade, e as escolas consultadas dizem que não têm como gerenciar uma oferta de dez itinerários formativos, não têm como alocar professor para isso”, disse. Alvo de muitas críticas, as mudanças no ensino médio levaram, em 15 de março, cerca de 150 mil estudantes às ruas em ato nacional que pedia a revogação da reforma, organizado pela Ubes, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, em parceria com outras entidades estudantis e movimentos sociais. ●

Taxa de feminicídio aumenta 31% em três décadas, diz estudo

O número de mulheres assassinadas cresceu 31,46% na comparação entre o começo da década de 1980 e a segunda metade da década de 2010. Nos anos 1980 a 1984 a taxa de homicídios era de 4,4, enquanto no período de 2015 a 2019, a taxa subiu para 6,09 para cada 100 mil mulheres. O estudo foi produzido por pesquisadores da Fiocruz, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), do Instituto Nacional do Câncer (Inca) e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj). Para chegar a esses números, os pesquisadores partiram dos dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade do Sistema Único de Saúde (SIM) e propõem o uso de indicadores indiretos, como morte por arma de fogo ou dentro de casa, uma vez que a morte violenta

de mulheres é registrada como “intenção indeterminada”, e sem indicar se foi acidente, suicídio ou causada por terceiros. O trabalho também mostra que entre 2009 e 2019 houve redução das mortes entre mulheres brancas e aumento entre mulheres pretas. Em 2019, uma mulher negra sofria um risco 1,7 vez maior de ser assassinada, em geral. O alto índice de violência contra a mulher também foi registrado pelo Anuário Estatístico do Fórum de Segurança Pública lançado em fevereiro de 2023 e referente à 2022. Mais de 18 milhões de mulheres foram vítimas de violência em 2022, uma média de 50 mil por dia, 52%

dos casos em cidades do interior. Em meio a esse crescimento, o governo federal anunciou, em 15 de março, o reforço em medidas de proteção às mulheres por meio do Pronasci, o Programa Nacional de Política Pública com Cidadania. Na retomada do Programa, foram entregues 270 viaturas das patrulhas Maria da Penha e o anúncio de que esse número irá dobrar até o final do ano. O governo federal também anunciou R\$ 344 milhões em recursos, vindos do Fundo Nacional de Segurança Pública, para a construção de unidades da Casa da Mulher, instituição que presta apoio a mulheres vítimas de violência doméstica. ●

O CENSO DEMOGRÁFICO ESTÁ DE VOLTA

Tirar do papel a décima terceira edição do principal levantamento sociodemográfico do país não foi tarefa fácil e especialistas explicam qual a importância dos dados coletados para as políticas públicas

JULIANA PASSOS

No momento em que essa revista chegar em suas mãos, é possível que os dados do Censo de 2022 já tenham sido publicados. Conforme anunciado pelo IBGE, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os resultados oficiais começam a ser divulgados no final de abril. O principal levantamento socioeconômico do país deve ser realizado a cada dez anos, mas o que se viu foi um adiamento por mais de dois anos e a coleta foi finalizada apenas em fevereiro de 2023. Esse atraso não foi apenas no Brasil. “Entre os países que tinham a previsão de realizar o censo em 2020, apenas México e Estados Unidos conseguiram iniciar a coleta de dados”, diz Paulo Jannuzzi, professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence) do IBGE. Sem descartar o papel da pandemia no atraso da coleta, Jannuzzi pondera que não foram apenas as condições sanitárias que impediram a realização do trabalho, mas também a falta de previsão orçamentária. “Ainda que nós não tivéssemos tido a Covid-19, seria muito difícil realizar o Censo em 2020 pela falta de recursos suficientes para a realização do Censo com a complexidade que nós temos no Brasil”. Uma vez divulgado, o Censo 2022 trará um retrato importante das consequências da pandemia, além de fornecer aos pais indicadores chave sobre as condições de vida da população e servir de base para todos os estudos que fazem amostras a partir de dados de número de habitantes.

A realização do levantamento saiu do papel após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em resposta a uma ação do governo do Maranhão solicitando sua realização ainda em 2021, diante da necessidade de atualização das estatísticas em meio a pandemia de Covid-19. O pedido veio após o segundo ano consecutivo de baixa previsão orçamentária e a decisão do Instituto de cancelar o levantamento. Apesar de o orçamento inicial de 2021 destinar R\$ 2 bilhões para o



Censo, o Congresso limitou esses recursos em R\$ 71 milhões. Coube ao STF decidir pela obrigatoriedade da realização do levantamento, com orçamento recomposto, mas ao contrário do pedido feito na ação, foi estipulado 2022 como prazo.

Além da falta de orçamento, outro elemento já anunciava que a obtenção de recursos para pesquisas estatísticas não seria fácil no governo anterior: a ausência de um Ministério do Planejamento. É de responsabilidade desse Ministério a realização do Plano Plurianual da União (PPA). O PPA é responsável por definir diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal e prevê, entre outras coisas, os inves-

timentos que serão feitos e os programas que serão mantidos. Cada Plano tem a duração de quatro anos e se inicia no segundo ano do mandato de um presidente. “O fato de não ter um ministério do planejamento é revelador da postura do governo anterior. Um governo que não vê a necessidade de um país como o Brasil ter planejamento de médio prazo, além disso, não ter qualquer compromisso com política pública”, pontua Jannuzzi. Wasmália Bivar, ex-presidente do IBGE, celebra o ressurgimento desse ministério com a mudança de governo e defende a estabilidade do órgão. “A gestão da informação não é uma questão de governo, mas uma questão de Estado”, diz.

A falta de interlocução da diretoria do IBGE com o governo federal também está entre os motivos para esse atraso. Para Jannuzzi, houve desconhecimento por parte da antiga direção sobre o funcionamento da coleta, em que se cogitou a realização da pesquisa de forma remota. “Imaginou-se que seria possível coletar muitas dessas informações via internet, via registros administrativos. Nos Países Baixos, há sistemas de políticas públicas em que todos os habitantes estão inscritos desde o nascimento. Você sabe quem tem emprego e quem não tem. Quem está doente e quem não está e qual é a doença. Você tem um sistema de registros administrativos que está interligado às políticas universais. Quando o indivíduo vai mudar de cidade, ele informa à prefeitura. No Canadá, mais de 80% das pessoas respondem pela internet. No Brasil não existe isso”.

Com o atraso, haverá necessidade de fazer ajustes nas estatísticas, explica Raphael Guimarães, professor da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz). “Toda vez que o censo ultrapassa dez anos há um trabalho adicional nas projeções para considerar 12 anos em vez de dez, por exemplo. Um exercício que a gente também precisou fazer em 1991, quando o Censo de 1990 atrasou”, comentou. “Eu diria que o maior prejuízo, no entanto, foi o de não ter tido essa informação nos últimos dois anos, porque muitos municípios só têm a informação do Censo para poder agir”, diz Guimarães. Uma conta que ficou um pouco mais complicada porque a contagem populacional divulgada de forma preliminar pelo IBGE no final de 2022 apresentou uma diferença considerável em relação às estimativas feitas. Nos cálculos divulgados em 2021, o Brasil teria 215 milhões de habitantes, enquanto os números preliminares registraram uma população de 207 milhões de pessoas.

Uma das explicações para esse contraste é uma menor taxa de questionários aplicados. Em 2010, o IBGE chegou a 96% dos domicílios, enquanto em 2022 foram 91%. Além do atraso no início dos trabalhos, houve dificuldade na contratação de recenseadores diante da baixa remuneração e demora no pagamento ao longo do período de coleta. Em novembro de 2022, após 93 dias de trabalho,

a cobertura alcançada era de 66%, quando deveria estar quase concluída. Diante disso, a coleta foi prorrogada para os primeiros meses de 2023, uma medida que não é considerada ideal por se afastar do momento da “fotografia”. Para Paulo Jannuzzi, encontrar uma resposta consensual para as estimativas de população pode levar algum tempo. “Responder se o quantitativo do censo bate com as projeções atualizadas é uma grande questão para o IBGE e para a academia. Quando você se afasta do período de coleta, pode haver mudanças, claro. Pessoas se deslocam, morrem, mudam de cidade. De fato, temos alguns municípios que a dinâmica demográfica já apontava uma redução do seu crescimento, mas sempre vai ficar esse questionamento enquanto não tivermos uma explicação aceita por todos”, avalia.

Apesar da necessidade de ajustes, de acordo com os especialistas ouvidos pela Poli, não há motivos para invalidar o levantamento realizado já que a diminuição no número de domicílios alcançados pode ser solucionada a partir de projeções estatísticas. “O atraso de mais de dois anos em virtude da pandemia de Covid-19, a restrição orçamentária que impediu a adequada condução do Censo e recusas em responder a pesquisa levantaram inúmeras preocupações. Para mitigar os problemas enfrentados, vimos diversos esforços dos técnicos e pesquisadores do IBGE ao longo do processo, inclusive junto ao novo governo, para melhorar a coleta de dados. Nesse sentido, apesar dos percalços e das limitações, não existe dúvida sobre a competência do IBGE para produzir dados confiáveis sobre as condições de vida da população em todos os municípios do país, com informações quantitativas e qualitativas. Para uma análise embasada sobre a qualidade e cobertura dos dados, precisaremos aguardar a conclusão e divulgação oficial do Censo Demográfico 2022”, avalia Bethânia Almeida, pesquisadora do Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (Cidacs/Fiocruz).

RAIO-X DO CENSO DEMOGRÁFICO

Total de domicílios registrados

75 milhões

Distribuídos em

452.246

setores censitários, aglomerados com cerca de **250 domicílios**

Número de pessoas recenseadas de forma presencial

189.261.144

Questionários

Básico

Aplicado e todas as visitas - contém **26 questões** sobre identificação do domicílio, informações sobre moradores, características do domicílio, identificação étnico-racial, registro civil, alfabetização, rendimento do responsável pelo domicílio, mortalidade e dados da pessoa que prestou as informações.

Amostra

Aplicado em 11% das visitas - contém **77 questões** e detalha informações sobre trabalho, rendimento, escolaridade, nupcialidade, núcleo familiar, fecundidade, religião ou culto, pessoas com deficiência, migração interna e internacional, deslocamento para estudo, deslocamento para trabalho e autismo.

Fonte: IBGE

Outro dilema desse Censo foi o corte nas perguntas. Os recenseadores são responsáveis por aplicar dois tipos de questionário: um básico, feito em todas as visitas domiciliares; e outro amostral, aplicado em 11% das visitas. O total de domicílios registrados é de 75 milhões, agrupados por setores censitários, formados por cerca de 250 domicílios. Já a amostra corresponde a 7,7 milhões de domicílios. A decisão de transpor uma questão para um ou outro questionário tem impacto nas estatísticas, assim como a eliminação de uma pergunta pode acarretar mudança de cálculo sobre determinada variável, como a de renda. As alterações para o Censo de 2022, segundo Jannuzzi, não foram amplamente discutidas pelos técnicos responsáveis pelas áreas e foram aprovadas apenas em órgão colegiado. Ele explica que uma equipe especializada é responsável por cada bloco temático, atenta às implicações de cada pergunta. A forma de decisão sobre a inclusão ou retirada das questões foi diferente da adotada na preparação dos dois censos anteriores, quando houve abertura para diálogo. “Em 2000 e 2010, o IBGE, de alguma forma, se abriu para debates com a academia, movimentos sociais, Frente Nacional de Prefeitos, entre outros ‘usuários do Censo’, digamos assim, para levantar demandas e avaliar em que medida as perguntas poderiam ser respondidas no censo demográfico. Tinha essa interlocução. Para o Censo 2020 isso foi muito mais restrito, pois já vivíamos um contexto em que a participação social não era valorizada no governo Bolsonaro”, recorda.

Cortes nas perguntas

As mudanças nos questionários desagradaram técnicos do IBGE e pesquisadores. Ainda em 2019 a campanha Todos pelo Censo, vinculada ao Sindicato dos Trabalhadores do Instituto, o Assibge, lançou uma nota em que explica os problemas identificados na retirada de algumas questões, com destaque para aquelas relativas à renda. No questionário aplicado apenas para os domicílios selecionados para faixa da amostra, os recenseadores deixaram de perguntar os bens do domicílio (geladeira, automóvel, motocicleta). Já no questionário básico, respondido por todos os domicílios visitados, foi coletada apenas o valor da renda do responsável pelo imóvel, sendo retirada a questão sobre os rendimentos dos demais moradores, embora a questão esteja mantida no questionário da amostra. O professor da Ence faz coro à nota e explica que a variável de renda é uma das mais difíceis de obter diante do receio da divulgação dessa informação, daí a importância de se obter esse tipo de informação de formas variadas.

Ele conta que a partir da renda total dos domicílios foram criados mapas sobre desigualdade. “Com essa pergunta você consegue mapear a pobreza em uma escala microrregionalizada em nível de bairros”, diz. Foi a partir dessa informação coletada que o IBGE produziu mapas detalhados para o Ministério de De-

envolvimento Social (MDS) nas décadas de 2000 e 2010 para que as equipes do Sistema Único de Assistência Social (Suas) pudessem realizar uma busca ativa da população que deveria ser inscrita nos programas de transferência de renda, em especial o Bolsa Família. “Então, quando se diz que o Bolsa Família tinha uma boa focalização e foi internacionalmente reconhecido por ter uma boa cobertura das pessoas em situação de pobreza era, entre outras razões, porque o Ministério de Desenvolvimento Social orientava as equipes de assistência social a utilizar esses mapas”, diz Jannuzzi.

Já o corte na variável do aluguel, pergunta que foi retirada do questionário da amostra, diz a nota de trabalhadores do IBGE, irá dificultar os cálculos da falta de moradia nas cidades, uma informação que não pode ser coletada com outras pesquisas como a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD). “Essa perda não pode ser compensada por pesquisas amostrais, pois só o Censo poderia produzir os resultados para cada município e por cada bairro das grandes cidades, informações fundamentais para as políticas habitacionais”, diz

o texto. Paulo Jannuzzi complementa: “Para o programa ‘Minha Casa, Minha Vida’ seria fundamental ter essa informação coletada, porque seria possível saber quais são as famílias que comprometem uma parcela da sua renda acima do desejável para o pagamento do aluguel”. Ele acrescenta que as regiões metropolitanas comumente apresentam esses déficits e que apenas o Censo coleta em detalhes as informações nessas cidades.

Wasmália Bivar, ex-presidente do IBGE, destaca que uma perda importante do questionário básico foi deixar de perguntar se houve mudança de cidade ou estado de residência nos últimos cinco anos. Ela explica que a frequência da migração vem diminuindo e para melhor dimensionar esse fenômeno seria importante questioná-lo



a um maior número de pessoas, ou seja, manter no questionário básico e não deixá-lo apenas na amostra. “Ela é uma variável importante para entender os fluxos migratórios internos e fazer estimativas e projeções de população municipal nos anos que o censo não é realizado”, detalha.

Raphael Guimarães concorda e aponta os prejuízos para a dimensão dos cuidados em saúde, uma vez que há indícios de um novo modelo de fluxo migratório, sem que as grandes cidades sejam os principais destinos. “Diversas pesquisas têm mostrado que muitas pessoas em idade mais avançada e moradoras de grandes centros urbanos acabam optando por mudar para cidades menores. Então a ausência dessa pergunta pode trazer dificuldade para reconhecer quem são os atuais migrantes”, avalia. Ele complementa com a ponderação de que o planejamento de atenção à saúde é feito de forma regional. “Então, a compreensão desse fluxo migratório ajudaria a melhorar a noção do que precisamos de fato dentro das regiões de saúde”.

A importância para os municípios

Os primeiros a colocarem em discussão os dados preliminares de contagem populacional trazidos pelo IBGE foram os prefeitos. Isso porque esses dados que servem de parâmetro para a distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), junto com a renda per capita, calculada com dados do imposto de renda. Wasmália defende que o grande problema está na legislação e não na contagem. “Por uma variação de dezenas de habitantes, uma prefeitura pode perder muito recurso”, afirma. Ela explica que as regras previstas na lei nº 1881/1981, que cria a reserva do fundo de participação dos municípios, são muito rígidas e falam em número absoluto para municípios com até 156.216 habitantes. Na estimativa populacional divulgada pelo IBGE em 2021, apenas 5,8% dos municípios ultrapassam a faixa de 100 mil habitantes. Embora 57% da população se concentre nesses municípios mais populosos.

O Tribunal de Contas da União (TCU) é o responsável por fazer o cálculo de repasses aos municípios anualmente, a partir das projeções ou dados do Censo que recebe do IBGE.

Como pequenas variações podem mexer drasticamente nos recursos, Wasmália diz que a mudança necessária é alterar a definição numérica das faixas por um cálculo proporcional, conforme prevê a Constituição. Ela lembra que os contratos firmados por qualquer prefeitura têm prazos mais longos e que uma previsão orçamentária mais estável é importante.

E o papel do Censo para os municípios vai muito além da base de cálculo para recursos, determinação do número de vagas de representantes no legislativo, do nível municipal ao fede-

ral. Isso porque o grau de detalhamento coletado dificilmente é feito pelas prefeituras, com exceção das metrópoles. Paulo Jannuzzi conta que a pesquisa brasileira é uma das mais particularizadas em termos internacionais, em parte por conta das deficiências dos sistemas municipais de informação e cadastros públicos. Os dados do Censo, explica ele, informam as áreas não atendidas por serviços, os bolsões de pobreza e permitem avaliar indicadores por segmentos específicos de raça/cor ou faixa etária. Os dados da população de cada município e determinam o número de vereadores, descrevem a base econômica e servem de base para a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade.

Entre as informações mais difíceis de se obter, além da renda, Jannuzzi elenca a de óbitos. “Essa é uma variável que pode ter ou uma subestimação ou a ocorrência do óbito fora do período de coleta de dados”. E como exemplo da importância do dado, o professor cita a identificação de bolsões nas regiões metropolitanas em que havia um maior número de mortes de jovens negros e que embasou o programa Juventude Viva, criado em 2012, pela Secretaria de Igualdade Racial.

Infraestrutura urbana

A coleta de 2022 traz uma novidade: passa a trazer informações sobre o meio de transporte mais utilizado, como forma de ajudar o planejamento da mobilidade urbana, uma vez que o Censo já é um componente importante para a realização do Plano Diretor dos municípios. A nova pergunta está ao lado de questões que já eram perguntadas anteriormente, como o tempo de deslocamento, se é feito entre cidades e se há retorno para casa três dias ou mais na semana.

Além dos dados coletados em domicílio, há uma investigação sobre a infraestrutura do entorno, realizada na fase de pré-coleta.

Os ODS foram criados em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU) e adotados por seus países membros. Os também conhecidos como Objetivos Globais estão organizados em 17 eixos e formam um apelo global para que sejam realizadas ações em prol da redução da pobreza, proteção do planeta e garantia de paz e prosperidade. De acordo com a ONU, os 17 objetivos são integrados e devem promover um desenvolvimento que equilibre sustentabilidade social, econômica e ambiental. “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” é o ODS 11. Esse objetivo que prevê a garantia do acesso a moradias e serviços básicos adequados e melhorar bairros periféricos e favelas, expansão do transporte público, acesso a espaços verdes públicos, atenção à qualidade do ar e à gestão de resíduos.

de Pesquisas Aplicadas, para pensar nos novos indicadores que os 17 objetivos impunham. “Essa agenda propunha um conjunto de 232 indicadores, em 2015, cerca de um terço a gente produzia no Brasil, outro um terço nós tínhamos metodologia para aplicar, mas não tínhamos pesquisas com a frequência necessária para responder e o outro um terço seriam indicadores novos, sobretudo na questão ambiental, na dinâmica econômica e alguns na área social”. No entanto, diz o professor da Ence/IBGE, o projeto foi interrompido, e ele torce para que seja retomado. “Entre os indicadores propostos está o de de pobreza, seguindo vários recortes sociodemográficos e que a gente só consegue responder a cada dez anos. Também prevê coletas como, por exemplo, pessoas deficientes em situação de pobreza, mas não temos condição de apurar essa informação com tal regularidade e tal especificidade. Nas estatísticas ambientais é que isso fica muito flagrante. Há outros indicadores que poderiam dimensionar agravos ambientais como inundações ou poluição, mas que o Brasil não dispõe de instrumentos instalados para medir essas variáveis na delimitação geográfica que seria desejável”, relata.

Em 2010, dez variáveis faziam parte do trabalho: identificação do nome da rua, existência de iluminação pública, pavimentação, calçada, meio-fio/guia, bueiro/boca de lobo, rampa para cadeirante, arborização, esgoto a céu aberto e lixo acumulado. Na edição de 2022 foi incluída a existência de ponto de ônibus ou van, sinalização para bicicletas e obstáculos na calçada. De acordo com a página do Censo, a inclusão foi feita para atender os **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, especialmente o ODS 11, que diz respeito às cidades.

A incorporação dos ODS previstos na Agenda 2030 lançada pela Organização das Nações Unidas nas estatísticas têm sido um desafio para o IBGE, diz Jannuzzi. Com o lançamento da Agenda, em 2015, foi criado um grupo de trabalho conjunto entre IBGE e o IPEA, o Instituto

Educação

As principais perguntas sobre Educação aparecem no questionário da amostra, enquanto o questionário básico pergunta apenas se os moradores do domicílio são ou não alfabetizados. Já o questionário completo pede o grau de escolaridade de todos os moradores do domicílio, qual segmento está cursando e quantos anos de estudo têm cada um, mas deixou de perguntar se a unidade frequentada integra a rede pública ou privada.

Para o diretor de Estatísticas Educacionais do Inep, Carlos Eduardo Moreno Sampaio, o mapeamento do território fornecido pelo Censo Demográfico é fundamental para complementar os dados coletados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. “Obviamente, do ponto de vista da cooperação federativa estabelecida entre o Ministério da Educação (MEC) e os diferentes centros federados (estados e municípios), conhecer esse mapeamento no território é extremamente importante. Além disso, os dados trazem informações muito ricas que contextualizam a distribuição da oferta educacional, o nível socioeconômico da população, os bens, os materiais disponíveis nos domicílios e as características pessoais da população a ser atendida”, do diretor de Estatísticas Educacionais do Inep, Carlos Eduardo Moreno Sampaio.

O Censo Escolar, de responsabilidade do Inep, o Instituto Nacional de Estudos Educacionais é responsável por trazer variáveis como de infraestrutura, condições de oferta de matrículas, formação docente, características das escolas e dos alunos. Assim como o Censo é responsável pela indicação de distribuição de recursos com base da população, o Censo Escolar indica os repasses que serão feitos pelo Fundeb, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), com base no número de estudantes matriculados. O Inep ainda é responsável pelo principal guia da educação brasileira, o Plano Nacional de Educação (PNE) e lança relatórios a cada dois anos em que indicam o andamento do cumprimento das 20 metas estabelecidas pelo plano.

No último relatório sobre o PNE, divulgado em 2022, o Inep registra o impacto da ausência do Censo Demográfico atualizado e pontua as possíveis divergências. “A série histórica dos indicadores aqui apresentados foi recalculada, o que pode gerar algumas diferenças em relação aos valores anteriormente apresentados”, diz o documento. Já o principal impacto da ausência no Censo foi na atualização da Meta 4, que trata da universalização do acesso à escola para estudantes de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD), altas habilidades ou superdotação. Quesitos que serão solucionados com a divulgação dos números oficiais. A perda das infor-

Recenseadores participam de curso do IBGE para realizar coleta

mações sobre educação no Censo Demográfico foi a retirada do questionário da amostra se as instituições de ensino frequentadas pelos moradores (da creche ao ensino superior) são públicas ou privadas. “O quesito permitia identificar as diferenças no perfil socioeconômico dos alunos da rede pública e da rede privada, em cada etapa do ensino, em cada município e bairro do país”, explica a nota de Todos pelo Censo.

Censo na Saúde

Determinar o número de doses de vacina, a distribuição de recursos para Atenção Primária, o número de leitos nos hospitais. Essas são algumas das conclusões tiradas a partir do Censo de forma mais imediata, mas também há aquelas que tratam do planejamento em longo prazo. “Para a gente ter uma boa política de saúde, que cumpra seu propósito de reduzir a desigualdade, precisamos também de dados e de indicadores sociais, econômicos e demográficos”, diz o professor da Ensp.

Para Guimarães, o impacto do atraso no Censo foi sentido de forma especial no planejamento da saúde. “A política pública seguiu baseada em dados defasados em uma época que era necessária maior precisão com a chegada da pandemia”. Como exemplo, ele diz que a disponibilidade de vacinas estava especialmente defasada em relação aos idosos habitantes dos pequenos municípios. Um cálculo não só prejudicado pelo atraso no censo, como também pela não realização da contagem populacional em 2015. Outra dificuldade apontada pelo pesquisador foi no acesso aos dados disponibilizados pelo Datasus, o departamento de informática do Sistema Único de Saúde do Brasil. “No começo de 2021, quando chegou a variante ômicron, ficamos 40 dias com indisponibilidade do Datasus. E pelo que temos acompanhado, aquela não foi uma situação pontual. Nesse sentido, não é coincidência a criação da Secretaria de Saúde Digital”.

Melhorar a qualidade das informações que alimentam o Datasus, em especial da Atenção Primária é um dos desafios colocados pelo secretário da pasta, Nésio Fernandes, ainda que os caminhos para essas mudanças ainda precisem de “amadurecimento interno”. Ele lembra que a falta de iniciativa do governo federal em fornecer dados de qualidade, motivo estados e municípios a entrarem em diálogo direto e montarem uma plataforma própria para o monitoramento de casos, disponibilidade de leitos e internações, além de promover a busca por soluções tecnológicas. No entanto, Fernandes pondera que nem todas as falhas na transparência podem ser atribuídas ao governo anterior. “O Ministério da Saúde tem, historicamente, sistemas de informação muito obsoletos e que de fato geram um processo de produção de dados em saúde

com atrasos, diversas incorreções e duplicidades. Então além do desafio da pandemia existiam essas deficiências e que motivaram estados e municípios a discutir e encontrar estratégias para acelerar incorporações de tecnologia, o que não aconteceu com o Ministério da Saúde”, avalia. Ele acrescenta que os dados sobre notificações de doenças deveriam ocorrer em tempo real, mas, exemplifica, os dados de hanseníase e tuberculose tem uma reatividade de mais de um ano.

Ainda assim, diz Guimarães, as principais fontes de informação para a Saúde para detalhamento da situação nos municípios são esses sistemas para notificação de morte, natalidade, estabelecimentos de saúde, doenças e agravos. “Não conseguimos obter o diagnóstico de saúde dos municípios com a PNS [Pesquisa Nacional de Saúde], conseguimos apenas uma imagem macro”, diz.

E, como para qualquer pesquisa, o Censo é a base para a construção da amostra, inclusive a PNS. Essa pesquisa apresenta dados sobre estilo de vida da população, alimentação, prática de exercícios, consumo de álcool, doenças crônicas. Em 2019, a PNS perguntou, pela primeira vez, sobre a orientação sexual dos brasileiros. Em março de 2022, o Ministério Público ingressou com uma Ação Civil Pública para inclusão de perguntas sobre orientação sexual e identidade de gênero no Censo. A decisão favorável a inclusão veio em maio, na qual o juiz Herley da Luz Brasil argumenta que já existe metodologia para tais questões aplicadas na Inglaterra, Canadá e Nova Zelândia. Meses depois a decisão foi revogada, acatando a alegação do IBGE de que não haveria tempo suficiente para inclusão de perguntas dois meses antes do início da coleta de dados. Em artigo publicado em maio de 2022,



A edição de 2022 trará, pela primeira vez, dados sobre as comunidades quilombolas

Bárbara Cobo, professora da Ence/IBGE comemora a inclusão da pergunta sobre orientação sexual na PNS e diz que a inserção da questão ainda está em fase experimental em todo o mundo. Ela defende que não é uma incorporação simples, uma vez que, em diversos inquéritos do IBGE, seja no Censo ou na PNAD, um morador responde por outros no domicílio. “Em questões de foro íntimo, a autodeclaração é fundamental e isso traz um desafio para as pesquisas estatísticas. A própria pessoa deve responder à pergunta sobre sua orientação sexual, situação permitida pela PNS/IBGE que investiga diversos aspectos da saúde da população brasileira a partir da seleção de um morador adulto no domicílio como respondente. Não faz sentido perguntar a uma mãe a orientação sexual de seus filhos, por exemplo”, escreve.

Outra fonte importante de informações amostrais em Saúde é o Cidacs/Fiocruz. “O Cidacs conduz pesquisas de base populacional sobre determinantes sociais e ambientais da saúde a partir da integração de dados administrativos sociais e de saúde. Dados administrativos são coletados pelos governos nas suas distintas instâncias, municipal, estadual e federal, para execução de políticas, administração de programas e prestação de serviços à população. São dados do mundo real, coletados ao longo do tempo, representativos de um segmento populacional que tem um ou mais atributos em comum com alto grau de validade externa pela alta cobertura populacional”, explica Bethânia Almeida.

Um exemplo recente de pesquisa divulgada pelo Cidacs foi o trabalho publicado em fevereiro, que relaciona uma menor taxa de mortalidade materna de acordo com a quantidade de anos de atendimento pelo programa Bolsa Família. No estudo, foram observados dados de cerca de oito milhões de mulheres que tiveram um parto entre 2004 a 2015, em que 4.056 foram a óbito, segundo o cruzamento do Sistema Nacional de Nascidos Vivos (Sinasc) com o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM). O resultado do trabalho indica que as mulheres que tinham cobertura do Bolsa Família de um a quatro anos tiveram redução de 15% na morte materna, já aquelas com cobertura de cinco a oito anos alcançaram um fator de proteção de 30%. A pesquisa lembra que o Bolsa Família está condicionado ao acesso à saúde. Em 1990, 120 mães morriam até 42 dias depois do parto a cada 100 mil nascidos vivos. Essa taxa caiu para 69, em 2013, e chegou a 57, em 2019, de acordo com dados da Organização Mundial de Saúde (OMS). Números que voltaram a subir e alcançaram 107 em 2022, um retrocesso de quase 30 anos, enquanto a taxa dos países desenvolvidos é de 12 óbitos maternos para cada 100 mil partos.

Trabalho

Na área de trabalho e emprego, o Censo é fundamental para identificar a taxa de desemprego dos municípios, traçar o perfil ocupacional das regiões e trazer uma variável sensível: a do trabalho infantil. A pergunta não é direta, mas entre as mais de 500 ocupações identificadas, há aquelas exercidas tipicamente por crianças em determinados territórios. “O único lugar que você pode ter a informação detalhada e consistente para orientar a ação sobre o trabalho infantil é o censo demográfico”, diz Jannuzzi. Já o protocolo mais específico sobre o mercado de trabalho está na PNAD Contínua.

Bárbara Cobo explica que o Censo auxilia a identificar trabalhadores informais em escala que alcança o detalhamento por bairros e ao mesmo tempo tem abrangência nacional, enquanto o Caged, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, registra contratações e desligamentos apenas dos trabalhadores com carteira assinada. Já PNAD Contínua, detalha Cobo, é uma ampla pesquisa com muito foco no mercado de trabalho, que nos permite dimensionar a informalidade por diversas características da população, embora esteja restrita às capitais e cidades médias.



A IDEIA DE VOCÊ TER
POLÍTICA PÚBLICA BASEADA
EM EVIDÊNCIAS E EM
ESTATÍSTICAS CONFIÁVEIS,
É QUE VOCÊ POSSA TER
UM USO EFICIENTE DOS
RECURSOS E QUE OS
OBJETIVOS DAS POLÍTICAS
PROPOSTAS SEJAM ATINGIDOS”

BARBARA COBO

Professora da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence/IBGE)

A construção da PNAD, assim como o Censo, está baseada em critérios internacionais de formulação de estatísticas para que os países investiguem o mercado de trabalho de forma similar e seja possível fazer comparações. Para saber se alguém está desempregado não basta uma pergunta direta, que se limite a um “sim” ou “não”. “Desemprego é um conceito que requer uma série de perguntas para se chegar à conclusão de que aquela

pessoa está desempregada”, diz e explica que, na semana de referência da pesquisa, a pessoa entrevistada precisa estar desocupada, mas ter buscado alguma oportunidade de trabalho seja por meio de amigo, uma consulta em jornal, ou de outras formas no período. Em geral, os questionários são adaptados ao contexto brasileiro e da legislação, além da consulta que deve ser feita de forma constante às pessoas que trabalham com essas informações, com os formuladores de políticas públicas.

Entre os dados captados pela PNAD estão as regiões com maior incidência de informalidade, assim como recorte de cor/raça em relação à taxa de ocupação no mercado de trabalho e a faixa de rendimento. Dados, lembra a economista, que não podem ser analisados fora de contexto. “Mesmo com um período recente de queda da taxa de desocupação, isso se deu em um contexto que você teve queda de rendimento, você teve uma piora da qualidade dos trabalhos. É preciso pensar em que tipo de emprego nossa economia está oferecendo para a manutenção da qualidade mínima de vida”.

Ela explica que, embora identifique a proporção da população que atua no mercado informal, a PNAD pode detalhar melhor esse processo, assim como a precarização das relações de trabalho. “O próprio questionário da PNAD Contínua precisa ser atualizado para essas novas formas de trabalho e incluir as plataformas de delivery, de transporte”, avalia. E lembra que o cadastro realizado para o pagamento do Auxílio Emergencial foi o primeiro a mapear a informalidade, uma vez que antes “os informais, eram invisíveis nas estatísticas públicas”. O que significou uma necessidade de apressar para conseguir montar um banco de dados de beneficiários, em especial com o cruzamento de dados realizado pelo Dataprev. No entanto, como esse banco de dados não ficou público e foi bastante alterado com a chegada do Auxílio Brasil, Cobo avalia que as informações relativas à informalidade se perderam.

Embora veja a necessidade de construção de indicadores que captem de forma mais profunda a informalidade e a precarização do trabalho e seja parte da missão tanto do IBGE, quanto dos outros produtores oficiais de informação, retratar a sociedade brasileira, essa demanda precisa de incentivo do governo. “Você faz política pública porque identificou um problema que precisa atacar. Sem dúvida nenhuma, quando vem uma demanda por política pública, tem um peso muito maior de relevância para investigar determinado assunto”, diz. Em outras palavras, a atuação do IBGE se dá de forma integrada às demandas dos ministérios, os principais interlocutores do Instituto, ainda que também haja procura por parte dos municípios. “A ideia de você ter política pública baseada em evidências e em estatísticas confiáveis, é que você possa ter um uso eficiente dos recursos e que os objetivos das políticas

propostas sejam atingidos. Como, por exemplo, aumentar a qualificação de trabalhadores para determinado setor ou aumentar a formalização”, ilustra.

A pesquisadora lembra que investigar um fenômeno social é sempre uma tarefa muito complexa e não é possível fazer análises considerando apenas um indicador. Desconsiderar essa complexidade pode levar a políticas equivocadas, e como exemplo, ela cita a Reforma Trabalhista. O principal argumento para a Reforma foi a necessidade de gerar um maior número de empregos a partir da desoneração da folha trabalhista para as empresas e possibilidade do trabalho intermitente, ou seja, tornar a contratação mais barata.

O aumento de ofertas de trabalho não veio, o crescimento econômico está baixo e a maioria dos empregos ofertados está no setor de serviços, que oferece salários mais baixos. “Então, esse é um diagnóstico equivocado da situação do mercado de trabalho”, opina Cobo. Ela acrescenta que as políticas em relação ao emprego devem estar associadas ao modelo econômico. “Com uma economia calcada na exportação e prestação de serviços, sem produção industrial, não vamos conseguir gerar empregos de qualidade”, diz.

Em breve, os dados conclusivos do Censo 2022 serão divulgados e teremos um retrato de um cenário pós-pandêmico, em que será possível saber como estamos após a maior crise sanitária dos últimos 100 anos. E assim, planejar com evidências esse novo tempo. ●

Recenseador percorre domicílios no Rio de Janeiro



O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA LUTA ANTIRRACISTA

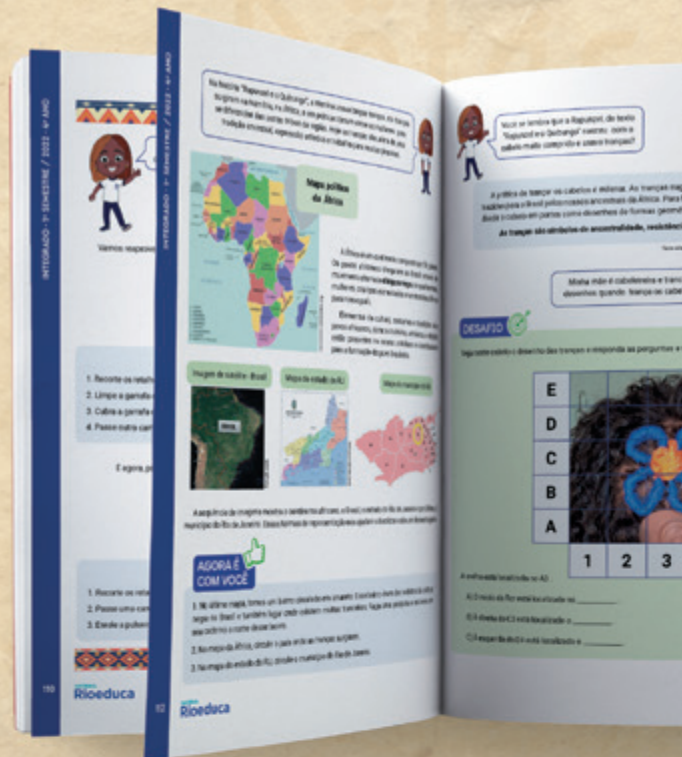
Conquista do movimento negro, a Lei 10.639, que estabelece a obrigatoriedade das disciplinas de História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar do ensino básico, completa 20 anos de sua implementação

ERIKA FARIAS

Há 20 anos tornava-se obrigatória a inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar do Ensino Fundamental e Médio, em escolas públicas e particulares do país. A Lei 10.639, de janeiro de 2003, alterava a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) ao entender a necessidade de incorporar a contribuição do povo negro na formação da sociedade brasileira. Diferentemente da ênfase eurocêntrica que sempre dominou os livros didáticos – nos quais, por anos, a história de mulheres e homens negros pareceu ter seu prefácio escrito apenas durante o período colonial, com a escravização do povo africano – a determinação de 2003 se somou a outras políticas públicas voltadas à valorização da África, de seus descendentes, cultura e feitos.

“Quando eu era criança e tinha aula de história, quando chegava no ponto da história do Brasil que falava da escravidão, aquele era o único momento em que personagens negros apareciam. E apareciam nos desenhos dos livros com a calça abaixada aparecendo as nádegas, amarrados no tronco. Mulheres com o peito desnudo com criancinhas abraçadas, todo aquele cenário de pobreza, sofrimento e dor. Nunca pessoas negras com protagonismo. Era sempre dentro daquele modelo de escravização e colonizador”, relembra a professora da Especialização em Direitos Humanos, Relações étnico-raciais e Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fiocruz (Ensp/Fiocruz), Hilda Gomes. A professora, que também é uma das coordenadoras do Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça da Fiocruz, fala sobre o objetivo da lei, neste contexto. “Ela reconta uma história que foi contada durante muito tempo sob outro ângulo: desqualificando e inferiorizando a população negra. Ela traz mais dignidade à história da população africana e afro-brasileira, no que diz respeito ao seu papel enquanto elemento de construção de identidade de propostas educativas, da cultura, da ciência e da tecnologia”, afirma.

Caroline do Nascimento, professora da Rede Municipal de Educação de Niterói, no estado do Rio de Janeiro, teve experiência semelhante. “Na época da escola, o que eu tive acesso foi a história da Princesa Isabel redentora, da necessidade dessa colonização. E não é que a história não foi contada, mas ela foi considerada por um único



ponto de vista: do colonizador. Porque a gente vê ali o imperialismo, a escravidão e depois acabou, a gente não vê mais nada. Só fui ter contato com relações raciais em 2010, no meu primeiro período da universidade”, relembra.

Histórico

Atualmente no Brasil, 56,1% da população é formada por pessoas autodeclaradas pretas e pardas, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) divulgada em 2022 pelo instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Apesar do acesso à escola ter aumentado nos últimos anos, ainda há uma disparidade no índice educacional entre pessoas brancas e negras.

Dados do estudo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil de 2019, também realizado pelo IBGE, que analisa as desigualdades entre brancos, pretos, pardos, amarelos e indígenas em cinco temas: trabalho, distribuição de renda, moradia, educação, violência e representação política apontaram que a taxa de conclusão do ensino médio entre pessoas de 20 a 22 anos da população preta ou parda era de 61,8% e a dos brancos, 76,8%. Já entre pessoas de 18 a 24 anos com ensino médio completo que não estavam frequentando a escola por terem que trabalhar ou procurar trabalho, 61,8% eram pretos ou pardos. Em se tratando da taxa de analfabetismo de pretos ou pardos, o número diminuiu de 9,8% (2016) para 9,1% (2018), número que ainda supera o de pessoas brancas (3,9%). Nesse mesmo período, a proporção de pessoas de 25 anos ou mais com pelo menos ensino médio completo subiu de 37,3% para 40,3%. Já entre a população



Desafio de material didático do Rioeduca desenvolvido a partir da dissertação da pesquisadora Luane Bento, sobre a matemática das tranças

branca, esse percentual era de 55,8%. Outra disparidade vem do indicativo do abandono escolar, no qual a proporção de pessoas de 18 a 24 anos pretas ou pardas com menos de 11 anos de estudo e que não frequentavam escola caiu de 30,8% (2016) para 28,8% (2018), enquanto era de 17,4% entre os brancos.

“Trabalhar com relações raciais na escola é trabalhar com relações de poder. Currículo é poder. Eu gosto muito da reflexão que prega que trabalhar com relações raciais não significa uma disciplina a mais, e sim, uma política curricular”, afirma Caroline. Nos anos que se seguiram, especialmente após 1988, centenário da abolição da escravidão, novas lideranças foram aparecendo e ganhando destaque, bem como outras mobilizações foram sendo realizadas em diferentes âmbitos, garantindo um novo espaço político e social para o movimento negro, incluindo o campo educacional. Outro acontecimento crucial para a criação de políticas públicas de enfrentamento ao racismo foi a Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Ra-

cial, a Xenofobia e a Intolerância, realizada em 2001, em Durban, na África do Sul. Na ocasião, o enfrentamento ao racismo foi reafirmado como um papel do Estado, não apenas dos movimentos sociais.

“Essa lei [10.639] já tinha inclusive sido escrita anteriormente e não tinha passado. Daí a delegação juntou este texto com as diretrizes escritas pela professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva [referência na área de educação e relações étnico-raciais] e então foi aprovada logo no início da primeira gestão do governo Lula. Foi uma grande vitória em muitos aspectos, porque quando você pensa na estratégia das políticas de ações afirmativas elas são tanto educacionais, quanto na saúde, na segurança... Claro que, dentre elas, a que virou o maior sinônimo de ação afirmativa foram as cotas das universidades, mas elas não se restringem a isso. Foi na verdade um conjunto de medidas resultantes de uma trajetória bastante longa desses atores do movimento negro”, explica a coordenadora da Gerência de Relações Étnico-Raciais, da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (Gerer/RJ), Joana Oscar.

Construção de identidades

Segundo estudiosos, um dos desafios de lutar contra o racismo estrutural é que ele nem sempre é nítido; pelo contrário: acontece nas sutilezas, na raiz das relações. “O tempo todo se reforça o modelo eurocêntrico, seja na moda, nas questões que envolvem a dramaturgia, nos outdoors, nas equipes. Então como que uma criança pequena, preta, vai se colocar de uma maneira orgulhosa de si, se modelos que estão no mundo exterior não mudarem? A África, como continente, teve reinos, ciência, tecnologia, literatura. Como eu acredito que uma mulher negra pode ser aeromoça? Como uma criança acredita que uma mulher negra pode ser presidente da Fiocruz? Se os modelos que eu vejo a minha volta falam de pobreza, violência, miséria, preconceito, discriminação e racismo, quais são as possibilidades?”, questiona Hilda Gomes.

A professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), Valéria Carvalho, fala de reeducação. “Tem um termo chamado de reeducação das relações étnico-raciais, eu acho importante frisar essa ‘reeduca-

ção’ para a gente entender, por exemplo, que há uma educação das relações étnico-raciais no nosso país que tem como ‘parteira’ a violência. Parece um detalhe, mas acho que o termo reeducação revela e traz também a radicalidade de a gente entender que existe uma educação pautada nessa violência, que naturaliza essa violência do processo de colonização, de projeto de dominação, do processo de genocídio físico, cultural, epistemológico, subjetivo. Revela que já existe uma educação e que é preciso reeducar”, explica.

Compromisso público

A Lei 10.639, que alterou a LDB, também estabeleceu as diretrizes curriculares para sua implementação. Dessa forma, em 2004, foram publicadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Segundo as diretrizes, “o Ministério da Educação, comprometido com a pauta de políticas afirmativas do Governo Federal, vem instituindo e implementando um conjunto de medidas e ações com o objetivo de corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional brasileiro”. Também no documento, consta que ele “propõe a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada”.

Lei 11.645, História e Cultura Indígena

Cinco anos após a Lei 10.639, foi promulgada a Lei 11.645, em 10 de março de 2008, que estabeleceu também a obrigatoriedade do estudo da história e cultura indígena, além da africana e afro-brasileira no currículo escolar do ensino básico. Segundo o antropólogo indígena e professor da Universidade de Brasília, Gersem Baniwa, a Lei 11.645 é um processo de evolução e amadurecimento, oriundo da Lei 10.639, e veio em um contexto em que havia uma clareza no campo educacional sobre a necessidade de combater de forma mais sistêmica e pedagógica o racismo, o preconceito e a discriminação. “Foi um momento pedagógico muito importante e um tempo político interessante em que várias diretrizes, várias normas, inclusive no Conselho Nacional de Educação (CNE), estavam basicamente consolidando as conquistas de direitos da Constituição Cidadã de 1988, no que diz respeito aos direitos indígenas, que envolvem história, cultura, conhecimento, saberes, línguas, sistemas pedagógicos indígenas”, afirma.

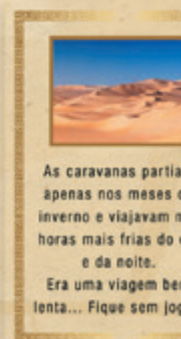
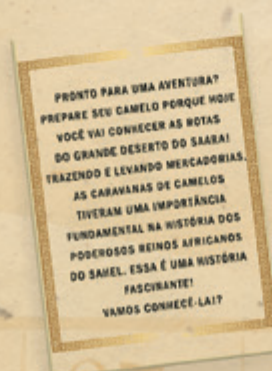
De lá pra cá houve um processo de debates e de tentativas de tornar essa lei efetiva. “O resultado é claro que está longe do que esperávamos em 2008, mas sem dúvidas a lei produziu uma nova cultura de encarar esses desafios em relação aos conhecimentos e histórias indígenas. Esse lugar epistêmico ganhou outro nível, produziu debates e iniciativas bem interessantes, ainda que de forma muito desigual. Algumas escolas, alguns municípios avançaram mais que outros, mas não temos como negar a contribuição positiva que se deu até aqui”, conta.

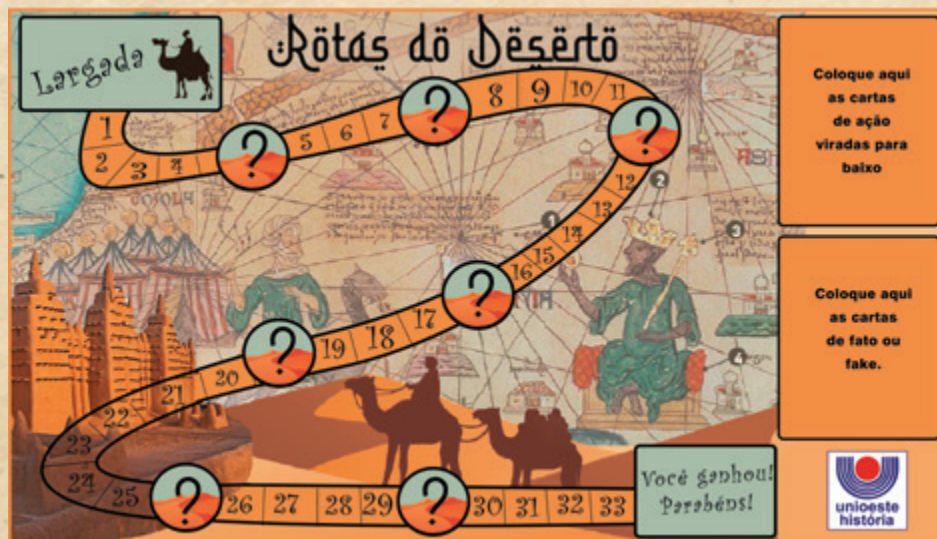
Uma das razões para os desafios na implementação da lei, de acordo com Baniwa, é a baixa representatividade indígena entre governantes, mas o que se espera com a criação do Ministério do Povos indígenas é que este cenário avance. “Educadores, pedagogos e lideranças indígenas são os maiores interessados na implementação da lei e no alcance de seus resultados. Mas isso requer muito mais uma determinação da política pública e uma nova consciência da sociedade. “Não avançaremos enquanto a própria sociedade, as instituições de governo, os dirigentes políticos e das escolas não se convencerem da importância não só do lugar da cultura e as histórias indígenas, mas de suas contribuições para os municípios, estados e país, desde sempre, desde antes do Brasil, mas também no processo de formação do Estado Brasileiro”, conta o professor, e conclui: “Todo racismo, preconceito que se perpetua desde o início da colonização, que já gerou tragédias civilizatórias, massacres, genocídios, etnocídios que inclusive continuam acontecendo, estão enraizados na ignorância da sociedade que alimenta estereótipos e preconceitos que foram propositadamente promovidas ao longo do processo de colonização exatamente para despojá-los de sua humanidade e direitos, inclusive o direito de existência. Conhecer a história e cultura dos povos originários é a melhor forma de construir um país verdadeiramente democrático, plural, com espaço para toda a diversidade de culturas e histórias dos povos”.

Nesse cenário de garantias conquistadas e reparação histórica, em 2012 foi aprovada a Lei Federal de Cotas (12.711/12). Uma das políticas afirmativas mais conhecidas pela população, mas não a única, nem a primeira. Também o Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014) trouxe o combate ao racismo entre seus indicadores a serem monitorados. Na meta sete, o documento prevê fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Já a estratégia 7.25 garante, nos currículos escolares, conteúdos sobre a história e culturas afro-brasileira e indígenas com ações educacionais, nos termos das Leis 10.639 e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil.

Formação para quem forma

Além das mudanças no currículo escolar, há um grande impasse na questão da formação de professores, um corpo docente que represente a diversidade e que tenha formação específica nas áreas em questão. Para a coordenadora da Gerer, esta é uma questão bastante ampla e se articula para diversas instâncias. “A primeira coisa é que existe a formação inicial dos professores e quem dá conta é a universidade. Existe uma coisa que é a formação continuada que, por legislação, é de responsabilidade das secretarias municipais de educação. Mas em alguma medida também é de responsabilidade desse professor. Mas o professor da Educação Básica é excluído desse espaço, porque ele tem que fazer uma escolha: ou ele trabalha e sobrevive ou ele estuda. Então, fazemos interface com as universidades, sempre damos aquela ‘cobradinha’ para abrirem turmas à noite, por exemplo”, aponta Joana.





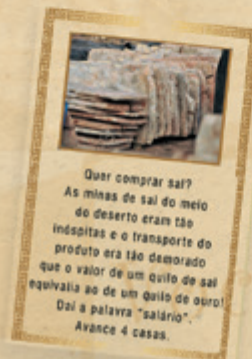
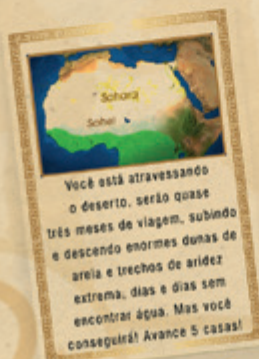
O jogo de tabuleiro 'Rotas do Deserto', disponível gratuitamente no site Canal Curta História, explica a importância cultural, econômica e política dos reinos de Gana e do Mali no período do século VIII ao XVI, entre outros temas

A coordenadora da Gerer também explica que, articulada a esse ensino, vem a questão do material pedagógico. Segundo ela, no Rio de Janeiro é a rede municipal que produz seu próprio material pedagógico, elaborado pelos professores, que recebem formação em nível técnico. "Esse formato é um ganho gigante, porque esse material, em alguma medida, está formando o professor e o aluno. O aluno no sentido de estarmos oferecendo um repertório que é diferenciado. Eu mesma fiquei emocionada ao abrir o material, porque se eu tivesse me visto em um material como aluna, que outras possibilidades eu teria tido? Talvez eu tivesse pensado em sonhos maiores para mim", reflete. "Já o professor, que até esse momento não teve formação inicial e não

conseguiu passar da formação continuada, ele está vendo que o material está diferente. Ele pensa 'o que é isso aqui, nunca ouvi isso aqui'. Então ele vai buscar. Isso é atendimento da lei no sentido de que está lá, nas diretrizes curriculares, que a gente tem que trazer esses heróis e heroínas negros, essa história que não foi contada, esse protagonismo nas lutas, vencer alguns estereótipos da participação negra na política - para além da cultura do samba, café, carnaval e futebol", afirma Joana, complementando que é notório que,

em alguma medida, há redes de educação em outros municípios muito bem desenvolvidas em alguns aspectos e nulas em outros. "Algumas conseguem mais formação, outras conseguem mais currículo, outras conseguem mais orçamento", pondera.

A professora Caroline conta que cada realidade é diferente. "A gente trabalha muito nesse âmbito da reflexão. Porque entendemos que o professor precisa fazer essa reflexão como ponto de partida. A interação é outra ferramenta muito importante. Então, assim, a atualização de material didático, bom, o Governo Federal mandava. Eu via que chegavam caixas de livros didáticos onde era contemplada a temática racial e contemplava também a temática indígena, havia também livros para professor, para a reflexão do professor.



ê ganhou!
Parabéns!

Sankofa e a efetivação das leis na Poli



presentam também um projeto com o objetivo de potencializar os estudos, pesquisas e as atividades escolares e extracurriculares sobre as relações étnico-raciais. Em outras palavras, fortalecer e reivindicar a efetiva implantação das leis 10.639/03 e 11.645/08.

A professora-pesquisadora da EPSJV Valéria Carvalho conta que o “Sankofa: ensinamentos africanos, afro-brasileiros e indígenas na escola” nasceu de uma percepção de alguns professores da Escola sobre a necessidade de avançar no processo de educação antirracista, de pensar no papel da escola em uma luta mais ampla da sociedade e de dar uma organicidade maior à perspectiva de valorizar, reconhecer e difundir os conhecimentos produzidos pelos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas. “Alguns professores que trabalhavam com essa perspectiva sistêmica teórica dentro de sala de aula, trazendo referências negras, perceberam que era preciso as perspectivas destes povos de forma estrutural, e não apenas pontual, no currículo da Escola. Começamos como um Sarau Negro e foi muito bacana. Então fomos amadurecendo até que chegamos no Sankofa.

Iniciado em 2017, o Sankofa é um projeto anual, realizado durante dois dias para estudantes e trabalhadores da Escola, mas desde o início, o projeto tem dado

O conceito de Sankofa tem origem em um provérbio tradicional dos povos de língua Akan da África Ocidental, oriundos de Gana, Togo e Costa do Marfim, que poderia ser traduzido como “não é tabu voltar atrás e buscar o que esqueceu”, remetendo à sabedoria de aprender com o passado para, assim, poder entender o presente e moldar o futuro. Na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), os símbolos do Sankofa re-

o “tom”, ao longo do ano, baseado em um ensino plural; não apenas nas disciplinas em que se “espera” falar sobre o tema, mas também, de forma criativa, naquelas em que seria impensável – em outras épocas – confluir seu currículo com esta temática. O resultado do engajamento é contado por Valéria. “Vou te falar algo muito sensível: o brilho nos olhos quando você, por exemplo, começa a mostrar para os alunos toda a produção de conhecimento que surgiu no continente africano, quando a gente começa a trazer que a África é o berço da civilização do mundo, da humanidade. É se ver e ver seus ancestrais como produtores de conhecimento, pensar que a medicina, que a arquitetura, que o método científico nasceu no continente africano, que a filosofia nasceu no continente africano. Aí sim, a pessoa se vê naquele lugar”.

Então, vinha material didático como livros de histórias infantis e até jogos. Tem editoras que tem trabalhos muito legais de jogos e biografias de personalidades importantes negros e negras que contribuíram pra construção da sociedade brasileira e também estrangeira. Então, você tem um amplo material e escritores que estão desenvolvendo a temática”, argumenta.

Mudanças observadas

Ainda há um longo caminho para um compromisso público que leve a uma implementação integral da lei e que supra as necessidades a serem tratadas em sala de aula. Para alguns estudiosos, quando não houver mais necessidade de se falar em relações interraciais e luta antirracismo, essa lei já não se fará mais necessária. Apesar dos desafios, os entrevistados foram enfáticos ao dizer que a lei 10.639 vem dando certo.

O que tem se constatado é que não bastam legislações para a ‘redução’ das relações sociais no ambiente educacional – e consequentemente na sociedade. É necessário também empenho, persistência e vontade de educadores para fazerem a diferença em um sistema engendrado para a exclusão, que pouco a pouco tem ganhado novos ares. Joana Oscar chama à reflexão: “costumam perguntar ‘a lei pegou ou não pegou?’ E aí a gente tem que citar a ex-ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, Nilma Nilo Gomes. Ela fala para a gente perceber a armadilha do próprio racismo estrutural caso a gente pense que não pegou. É claro que ela pegou. Tanto pegou

que essa é uma pergunta que recorrentemente é feita para colocar em dúvida, isso pelo incômodo que ela gera. Agora tem um desafio gigante que é o pacto federativo. O Estado Brasileiro é responsável pelo Ensino Superior. Os estados são responsáveis em alguma medida pelo Ensino Fundamental II, e muito pelo Ensino Médio, e os municípios são responsáveis pela Educação Infantil e pelo Ensino Fundamental. Então, embora eles estejam organizados e regidos pela mesma lei, eles têm autonomia de como vão fazer seus ajustes e é aí que está o problema, porque cada um vai ter o seu próprio caminhar. Por isso temos experiências que estão super avançadas e outras muito incipientes”, diz. ●

70 ANOS DA GREVE DOS 300 MIL

Nos primeiros anos após o término Segunda Guerra Mundial, que acabou em 1945, a alta do preço dos alimentos corroía os salários. Enquanto a inflação dobrava o preço dos alimentos, os salários dos operários quase não tinham reajuste. E essa insatisfação eclodiu em 1953. Um período registrado na música 'Tá Tudo Subindo' em que a dupla sertaneja 'Alvarenga e Ranchinho' cantou:

***Sobe o óleo e sobe a banha
Os tubarão se assanha
Se rindo, pintando o sete
Se recorre à greve, então
Vem já a compensação
Baixa logo o cassetete.***

Em 10 de março daquele mesmo ano, os trabalhadores da fábrica de tecidos Matarazzo decidem cruzar os braços e a eles se unem trabalhadores de fábricas de vidro, construção civil, tintas, sapatos. Entre as manifestações mais marcantes naqueles meses está a 'Marcha da Panela Vazia', ocorrida em 18 de março. O movimento grevista durou um mês e exigia um aumento na remuneração de 40 a 60%. Em negociação com o Ministério do Trabalho, sindicatos e patrões chegaram a um acordo para que o reajuste fosse de 32%. Outra vitória do movimento foi a queda do então ministro do Trabalho, João Segadas Viana e em seu lugar, ainda em junho de 1953, assume João Goulart, o Jango. Anos mais tarde, em 1964, ele seria deposto do cargo de presidente da República pela Ditadura Militar.





“A TELESSAÚDE DEVE ESTAR A SERVIÇO DO SUS”

Angélica Baptista Silva

Após o início da pandemia de Covid-19 ficou cada vez mais comum encontrar opções *on-line* para a prestação de serviços de saúde. As filas de espera deram lugar a um atendimento ao alcance do celular. No entanto, os serviços de saúde a distância estão longe de serem novidade e não se reduzem a aplicativos que podem ser baixados ou a teleconsultas. As atividades em teleconsulta ganharam impulso a partir de 2005, com a recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS) para que a modalidade fosse adotada. A partir daí surgiram vários programas de desenvolvimento de tecnologias na área, a maioria deles vinculados a universidades públicas e voltados para o Sistema Único de Saúde (SUS). E apesar de regulamentada por portarias e resolução de conselhos profissionais, a telessaúde foi regulamentada em caráter permanente apenas em dezembro de 2022. Programas ligados a essa modalidade de atendimento ficaram a cargo da recém-criada Secretaria de Saúde Digital, que também tem sob sua alçada o Departamento de Informática do SUS (DataSUS). Nesta entrevista, a pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz) Angélica Baptista Silva comenta a aprovação de lei que inclui a Telessaúde na Lei Orgânica do SUS, fala das diferenças de abordagem no âmbito público e privado e aponta os desafios para a nova secretaria.

JULIANA PASSOS

EM 2005, A OMS LANÇOU UMA RECOMENDAÇÃO PARA O USO DA TELESSAÚDE. EM SEGUIDA, SURTIRAM PLATAFORMAS DESSA MODALIDADE NO PAÍS. QUAL O SEU BALANÇO DO PERÍODO E OS DESAFIOS ATUAIS?

Em meados dos anos 2000 iniciaram algumas ações importantes do governo. Uma foi a criação da Rede Universitária de Telemedicina. Houve outro projeto do Ministério da Saúde em que as universidades públicas ficaram responsáveis pelos núcleos técnico-científicos e dez estados que receberam a versão piloto do projeto puderam montar 100 pontos de telessaúde cada um. Essa etapa durou cerca de quatro anos e virou programa Telessaúde Brasil Redes, ainda no governo do PT [Partidos dos Trabalhadores]. Um programa idealizado por Ana Estela Haddad, atual Secretária de Saúde Digital. O legal do Telessaúde Brasil é que o programa foi criado para auxiliar a Atenção Primária em Saúde e fortalecer a equipe multiprofissional nos diagnósticos que porventura chegassem.

Esses núcleos foram sementes de inovação dentro das universidades. Por exemplo, [a Universidade Federal de] Santa Catarina criou uma plataforma nacional de telediagnósticos, [a Universidade Federal de] Minas Gerais criou uma plataforma também nacional de cardiologia. A experiência de Minas Gerais chamada de Contêiner Cardiologia é reconhecida pela Organização Mundial da Saúde

como uma experiência ímpar na Atenção Primária em Saúde para a prevenção de doenças cardíacas. A telessaúde acabou prestando um serviço a pessoas no interior do país que tinham doenças crônicas e precisavam ser tratadas periodicamente por sua Unidade Básica de Saúde (UBS). Não só isso, como também ajudou nos diagnósticos difíceis. O estado do Amazonas é todo ligado por telessaúde desde aquela época. Pontos fundamentais para o SUS na região amazônica, porque o deslocamento é muito difícil, onde é preciso uma viagem de três dias de barco para chegar nesse lugar.

Agora, acho que esse é o momento para fazer um diagnóstico extensivo das entidades que fazem telessaúde no país e de suas várias modalidades. Não temos um mapeamento, não sabemos quantos núcleos existem. É também o momento de estabelecer em que estágios essas unidades estão, porque há muita disparidade nos estágios de desenvolvimento. Por exemplo, o Rio Grande do Sul, que é o melhor do Brasil em termos de núcleos, e oferece produtos refinados para a população. Há também o núcleo do Acre, que começou ano passado. Então é preciso uma receita de bolo, de boas práticas registradas para orientar o que deve ser feito para que essas novas unidades surjam.

“

A TELESSAÚDE É UM CONJUNTO DE ATIVIDADES QUE ENVOLVE MUITA GENTE, **É MUITO COMPLEXA, E PRECISAVA DE UMA LEI FEDERAL. E ESSA LEI SAIU**”

NO FINAL DE 2022, FOI APROVADA A LEI Nº 14.510 QUE AUTORIZA A TELESSAÚDE EM CARÁTER PERMANENTE. QUAL A SUA AVALIAÇÃO DESSA LEI?

Quando se regulamentou a telessaúde por portaria, havia quatro serviços básicos que se desenvolveram. Um era a teleconsultoria, o segundo era o telediagnóstico. Outra era a Segunda Opinião Formativa [SOF], fonte de informação que apresenta perguntas e respostas baseadas em boa evidência para a APS. O quarto serviço foi a teleeducação. Então esses quatro serviços existem em todos os núcleos técnicos científicos de telessaúde. A Rede Universitária de Telemedicina [Rute] se organiza de outra maneira. Como seus recursos eram do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação e o objetivo da Rute era equipar os hospitais universitários com alta velocidade, houve experimentos para além da Atenção Primária mais ligados à alta complexidade. Foram feitos experimentos com realidade aumentada, cirurgia robótica, coisas de ponta. Monitoramento de unidades de terapia intensiva, então, era um eram projetos mais rebuscados e heterogêneos. Em 2020 veio a pandemia e o [ex-presidente Jair] Bolsonaro autorizou a telessaúde em caráter excepcional. E aí começou-se a fazer essa teleconsulta sem uma regulamentação, sem um formato, sem indicativos. A gente está vivendo também no Brasil um momento na economia de *startups*, pequenas empresas que se caracterizam principalmente pelo capital de risco. A empresa capta esse capital de risco, apresenta uma inovação, uma questão diferente, e quer ganhar o mercado. E aí multiplicam-se soluções. Nós temos o Governo Federal, mas temos as municipalidades e os governos estaduais que são um mercado maravilhoso para qualquer empresário. Mais de 5.500 municípios e possíveis compradores da solução. Imagine a briga que

está acontecendo. Ao entrar no Portal da Transparência e buscar por ‘telessaúde’ é possível ver que há muito recurso destinado a essas empresas. Então essa indústria da teleconsulta já faz parte do Complexo Econômico Industrial da Saúde e precisava de limites.

Antes disso, vale lembrar, já havia a regulamentação da telemedicina. Em 2018, o Conselho Federal de Medicina (CFM) lançou uma regulamentação ampla da telemedicina, mas sem consultar a base, os Centros Regionais (CRMs), e houve uma briga entre os médicos. Aí eles voltaram atrás, revogaram a portaria. E o que aconteceu de 2018 para cá? O CFM fez uma conversa com todos os CRMs, fez consulta pública, enfim, ganhou a sociedade, ganhou os pares para poder lançar essa resolução que é uma resolução muito interessante, porque delimita o que é telemedicina, teleconsulta e teleconsultoria. Ela delimita para o médico ‘o que teletriagem’? Que tipos de ações ele pode fazer à distância e exclui a questão do atendimento em grupo. No caso da regulação do Conselho Federal de Enfermagem foram incluídos dois itens: atendimentos em grupo e por demanda espontânea. É uma coisa que acontece, por exemplo, se você está na Unidade Básica de Saúde, chega um paciente que não estava previsto, mas precisa ser atendido. Já as consultas em grupo podem ser as reuniões de Alcoólicos Anônimos que eram feitas dentro da Unidade Básica de Saúde. Aí veio a pandemia. Isso é um atendimento, certo? Então precisava ser regulamentado para funcionar de forma remota. O que estou querendo dizer é que a telessaúde é um conjunto de atividades que envolve muita gente, é muito complexa, e precisa de uma lei federal. E essa lei saiu.

ESSA É UMA LEI IMPORTANTE?

Sim. Nós discutimos diretamente com a [deputada federal] Adriana Ventura (Novo/SP), e quando eu digo ‘discutimos’, falo das pessoas que fazem telessaúde no Brasil e influenciaram esse projeto de lei em algum momento. Não é uma lei perfeita, mas já é um primeiro passo. Esta é uma lei conceitual, que vai falar dos princípios básicos. Outra coisa interessante é que ela cita outras normativas: a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a Lei de Acesso à Informação e o Marco Civil da Internet. Então ela atrela a prática de telessaúde a uma legislação específica justamente para garantir a privacidade de troca de informação nessas atividades.

E O QUE PODERIA TER SIDO CONTEMPLADO, MAS NÃO ESTÁ NA LEI?

A Lei modifica a Lei Orgânica do SUS, cria a seção ‘Telessaúde’ e vai falar do consentimento no nível do paciente. Ela dá esse peso, como um dos princípios da ação de saúde. Ela vai dizer que a promoção da universalização do acesso dos brasileiros às ações e serviços de saúde, ou seja, a telessaúde é um instrumento de universalização do acesso. No entanto, a lei não trata dos outros princípios do SUS: equidade e integralidade no atendimento. Isso é importantíssimo. O atendimento precisa estar ligado ao sistema de saúde local de maneira que ele possa ter referência, contrarreferência, ter o percurso terapêutico do paciente ali delimitado. A gente tem um problema histórico devido aos sistemas de telessaúde terem sido desenvolvidos nas universidades. Então muitas iniciativas correm paralelas e não falam com as redes de atenção à saúde territoriais locais. E isso cria sistemas paralelos que não se falam e mais fragmentação ainda em um sistema que já é fragmentado. Este é um desafio no planejamento de serviços em saúde: juntar

as duas coisas. Eu espero que essa nova Secretaria possa resolver esse problema.



A TELESSAÚDE VEIO DO SUS. JÁ A TELECONSULTA É MUITO RENTÁVEL, BARATEIA UMA SÉRIE DE PROCESSOS E É POR ISSO QUE ELA ENTROU EM CHEIO NA SAÚDE PRIVADA COMO UM NICHOS DE MERCADO. SÃO OBJETIVOS DIFERENTES, SÃO CONFIGURAÇÕES DIFERENTES”

A POSSIBILIDADE DE CADA MUNICÍPIO CONTRATAR A SUA STARTUP É PREVISTA EM LEI?

O Governo Federal oferece o e-SUS Atenção Básica (AB), mas tem vários problemas. A informática em saúde é modular, então é possível agregar vários outros softwares para aperfeiçoar a ferramenta de base e é nessas lacunas que essas startups entram. Por exemplo, aqui no Rio de Janeiro tem um *software* em cima do e-SUS AB que facilita a vida do médico por diminuir a quantidade de formulários necessários para preenchimento. Então criaram essa possibilidade e a Prefeitura do Rio de Janeiro comprou. As contratações de soluções de teleconsulta também são

geralmente feitas pelos municípios e cada empresa desenvolve um sistema diferente. Então, existe hoje uma normativa [RDC 657/2022] para *software* médico da Anvisa, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, mas ela não está sendo seguida pelas *startups* ainda. Tem umas normas que não vingam no Brasil. E outra coisa que acontece é que esses *softwares* precisam ser certificados pela Sociedade Brasileira de Informática em Saúde e o CFM. Essa certificação possui três níveis e a recomendação para o mercado é que os *softwares* que sejam vendidos para o SUS estejam no nível três. É uma certificação bem cara e demorada.

QUAL A DIFERENÇA DE EXPECTATIVA PARA QUEM ATUA NO SUS PELA APROVAÇÃO E PARA QUEM É DA INICIATIVA PRIVADA?

Estou concluindo uma pesquisa com 19 núcleos de telessaúde, a maioria públicos e alguns privados, e pude observar a diferença na cultura organizacional do SUS e da saúde privada e filantrópica. Quando o interesse é financeiro, quem decide é o acionista. O foco está no que é mais lucrativo, o que é mais custo efetivo, o que vai impactar mais. E o que aconteceu com esses hospitais de excelência privados? Eles começaram a reverter a história do nascimento da telessaúde nas instituições públicas, dizendo que são pioneiros na área. O que não é verdade. A telessaúde veio do SUS. Já a teleconsulta é muito rentável, barateia uma série de processos e é por isso que ela entrou em cheio na saúde privada como um nicho de mercado. São objetivos diferentes, são configurações diferentes. Eles não acham que a telessaúde é um departamento. A teleconsulta é um negócio que precisa de um investimento alto no começo, mas que será compensado depois. E no SUS é outra lógica. Temos essa história dos pontos dentro de hospitais universitários, onde ficam grandes especialistas em vários temas que servem de apoio às UBS como consultoria. Se você olhar o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde [CNES], existem pontos e núcleos de telessaúde. O ponto que recebe a teleconsultoria é, na maioria das vezes, diferente daquele que responde.

É POSSÍVEL EQUILIBRAR ATENDIMENTO PRESENCIAL E POR TELESSAÚDE?

Eu acho que esse é o principal desafio da Ana [Estela Haddad, secretária de Saúde Digital]. A telessaúde deve estar a serviço do SUS. Uma coisa que a Ana Estela tinha medo e que a gente discutiu muito no começo é que a função dessa modalidade seria de apoio ao profissional no local de atendimento. Existe um problema de

interiorização de profissionais de saúde, principalmente médicos e enfermeiros no Brasil. Eles estão concentrados nas capitais e no litoral. Então é preciso ter uma política de interiorização dessas pessoas, pagando bem e que elas possam ter o apoio da telessaúde. Há atendimentos que só podem ser presenciais. Como equilibrar isso? Talvez essa seja a maior lacuna da nova lei, que não prevê a integralidade do atendimento. Porque se você tem que fazer telessaúde que garanta a integralidade, esse sistema vai ter que estar integrado ao e-SUS AB, porque assim a equipe de família terá o registro de quando a teleconsulta foi feita e poderá ter um melhor acompanhamento do paciente. Hoje não acontece isso. O que eu vejo são médicos atenderem e ao final da consulta fornecerem um papel com um número de WhatsApp para que o paciente entre em contato com especialistas e faça outros atendimentos em formato de teleconsulta com uma empresa. Quer dizer, olha só o que estamos vivendo. Essa consulta deveria estar integrada com o e-SUS AB para garantir o percurso terapêutico. Uma estratégia para ligar várias instâncias e vários sistemas de informação em saúde foi a criação da Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS), que teve sua criação prevista pela Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS). A última versão da política foi feita a toque de caixa e a RNDS, criada no governo anterior, ficou voltada para o objetivo de ligar a saúde privada com a saúde pública. Eu sou super a favor da RNDS, acho que é um avanço, não podemos ir para trás. Todos os países do mundo estão indo nessa direção, mas a missão da Rede Nacional de Dados em Saúde não pode ser essa. Para ficar mais fácil de entender, a interface de saída dessa Rede é o Conecte SUS, o aplicativo

em que temos o registro das vacinas. E se você fizer um exame de Covid-19 nesses laboratórios, que agora têm um em cada esquina, ele precisa notificar o Ministério da Saúde e vai aparecer no aplicativo. Então a RNDS vai facilitar esse fluxo da informação. Mas assim, se olharmos as portarias que criam a Rede, elas falam, por exemplo, que se trata de um ambiente de laboratório para as empresas. Algo muito voltado para o mercado e não para fortalecer o SUS.

Agora, com essa nova visão [do governo que assumiu], nós temos a Nísia Trindade como Ministra da Saúde, nós temos um governo um pouco mais à esquerda, nós temos a Ana Estela Haddad como Secretária de Saúde Digital, e poderemos pegar essa infraestrutura e colocá-la a serviço do SUS. O governo anterior contratou com a Amazon a compra de uma nuvem para colocar os nossos dados e hoje está se pensando em substituir essas nuvens por contêineres virtuais dos estados. A briga é essa, sistemas descentralizados têm mais a ver com o SUS e com a própria estrutura do Brasil, que é federativa. E a gente hoje tem tecnologia para fazer a gerência disso. Junto a esses desafios, a nova Secretaria de Saúde Digital terá que lidar também com os sistemas de informação em saúde fragmentados, *softwares* sucateados e um DataSUS que parou de desenvolver ferramentas próprias, apenas compra soluções. Então as culturas administrativas precisam ser revertidas.

O PROGRAMA DA TELESSAÚDE NO BRASIL É CONSIDERADO REFERÊNCIA PELA ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). A QUE SE ATRIBUI ISSO E EM QUAIS OUTROS PAÍSES PODEMOS NOS INSPIRAR?

Somos um país continental, então aqui tudo tem grandes proporções, mas há outros bons exemplos na região. O Peru tem atividades de telessaúde muito interessantes. Eles monitoram unidades neonatais há mais de dez anos. Todas as Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) neonatais lá estão ligadas por videoconferência. Isso já há muito tempo. Eles também pesquisam muitos dispositivos e já fazem ultrassonografia à distância. A Argentina também tem um desenvolvimento bem interessante, com uma experiência muito grande em prontuário eletrônico, de cirurgia remota. Então, a Argentina também é inspiradora nessa parte de alta complexidade. O Chile tem uma grande rede de consultórios interligados.

E FORA DA AMÉRICA DO SUL?

Tem vários. O Canadá foi o país precursor e que inspirou a OMS. Eles têm um SUS que funciona, que tem dinheiro, enfim. E a saúde está a serviço do SUS deles. E é o que eu acho que a gente precisa fazer, ter a saúde, seja privada ou pública, que atenda o SUS. No Canadá está tudo integrado,

já nos Estados Unidos é uma confusão. Eles ainda estão regulando isso tudo. Então, são vários prontuários em cada estado e não têm interoperabilidade entre sistemas porque há uma briga de mercado grande. Quem está bem avançada também é a União Europeia (UE). Na UE, como há muitos países próximos, é possível estabelecer o fluxo de informações entre um país e o outro. Eles precisam que os sistemas nacionais se falem e estão bastante debruçados em fazer esses sistemas interoperáveis.

“

HÁ ALGUMAS QUESTÕES QUE PRECISAM SER DISSEMINADAS PARA A SOCIEDADE COMO UM TODO, COMO O CONSENTIMENTO DO PACIENTE E OS DADOS QUE ESTÃO ENVOLVIDOS NA CONSULTA”

EM RELAÇÃO À PROTEÇÃO DA PRIVACIDADE DO PACIENTE, COM QUAIS QUESTÕES DEVEMOS NOS PREOCUPAR?

Há algumas questões que precisam ser disseminadas para a sociedade como um todo, como o consentimento do paciente e a transmissão dos dados que estão envolvidos na consulta. E a gente precisa fazer isso no ecossistema da saúde digital. Em uma consulta com o ortopedista, por exemplo, pode surgir uma dúvida do médico e o profissional sentir a necessidade de consultar outro. Eu preciso ser informada se essa ligação entre profissionais foi gravada ou não. Onde é que ele vai disponibilizar isso? Os dois têm que me explicar, entendeu? É dever deles fazer isso. É dever deles garantir que essa gravação não caia nas mãos de alguma pessoa.

Vou te dar um exemplo prático e bem radical disso. Durante a pandemia, onde é permitido aborto nos Estados Unidos, o pessoal começou a orientar o processo abortivo à distância. Não só isso, como um planejamento familiar total, você vai tocar em dados sensíveis e muito dados sensíveis. Porque você vai falar de doença sexualmente transmissível, será preciso perguntar ‘você é fiel ao seu marido?’ ‘Você sabe se seu marido te trai?’. No atendimento, a pessoa com HIV é preciso garantir a privacidade dessas informações porque pode afetar a contratação de um plano de saúde ou mesmo o processo seletivo para uma vaga de emprego. Esse vazamento de dados não pode acontecer e se houver esse risco, o paciente que tiver sob esse cuidado virtual precisa ser avisado para fazer a opção entre um atendimento virtual ou presencial. ‘Ah, só tem teleconsulta, não tem gente para te atender. Você vai ter que falar por aqui, quer ser atendido?’. Situações como essa não podem ocorrer, mas podemos ter problemas com essa falta de opção e com a segurança dos dados no futuro. O paciente precisa estar ciente e precisa decidir essas questões com o médico. A lei prevê o direito da recusa do atendimento na modalidade virtual com a garantia do atendimento presencial sempre que solicitado. Então vamos ver se isso vai ser garantido. ●

Espaços de diálogo: o retorno dos conselhos de participação

Especialistas fazem balanço do governo anterior e apontam desafios para os próximos anos

JULIANA PASSOS

Em julho de 2019, o Ministério do Meio Ambiente escolheu os representantes das entidades ambientais para o Conama por meio de sorteio

A retomada dos conselhos de participação social já nos primeiros meses do terceiro mandato do governo Luiz Inácio Lula da Silva trouxe alívio diante da falta de interlocução com o governo anterior. O ex-presidente Jair Bolsonaro extinguiu dezenas de órgãos colegiados que não estavam previstos em lei e fez alterações importantes naqueles que tinham proteção legal, em uma de suas primeiras medidas após tomar posse, em 2019. Entre os exemplos mais significativos estão o fim do Consea, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, e a mudança na composição do Conama, o Conselho Nacional do Meio Ambiente e no Conselho Nacional de Educação (CNE).

Maria Emília Pacheco, presidente do Consea no período de 2012 a 2016, explica que entre as funções do órgão estão o aconselhamento da Presidência, monitoramento da execução de políticas e programas. Também responsável pela apresentação de propostas ou aperfeiçoamentos de políticas nos âmbitos municipal, estadual e federal. “É a conjugação dessas missões que compõem a grande missão do Consea”, diz. Entre os principais programas monitorados e aperfeiçoados estão o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que tiveram seus orçamentos congelados desde 2017. O Consea, recriado em 28 de fevereiro de 2023, também elabora o Plano de Combate à Fome e à Miséria e realiza conferências nacionais a cada quatro anos. “Havia um processo de preparação da sexta Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e esse processo foi bruscamente interrompido. Alguns estados já haviam inclusive realizado suas conferências estaduais, o que significa que haviam feito também as conferências municipais. Nesse sentido, foi inter-

rompida também a execução do plano”, comenta Pacheco. Pautas que ela espera que sejam recuperadas nos próximos meses.

Diferente do Consea, o Conama tem funções deliberativas e define normas como parâmetros para a elaboração de relatórios de impacto ambiental (EIA-Rima), de qualidade do ar, do solo e que complementam a legislação. “O Conama é uma espécie de bússola para a gestão ambiental no Brasil”, diz o presidente do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental (Proam), Carlos Bocuhy e conselheiro do Conama entre 2009 e 2019. Embora não tenha interrompido as atividades, esse conselho teve grandes mudanças na sua composição. Em 2019, com a publicação do decreto 9.806, a participação do governo saiu de 30 para 43%, as organizações da sociedade civil ficaram com 25,9%, sendo 8,6% para entidades empresariais. Em números absolutos, as organizações ambientais foram de 11 participantes para quatro participantes. Essa nova composição permitiu ao governo formar maioria com o setor privado e motivou uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, a ADPF 623, movida pela Procuradoria Geral da União (PGR). A ação questiona a capacidade de participação social diante da preponderância de integrantes do governo e redução das entidades ambientais. A ADPF foi acatada

pela ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Weber no final de 2021. A ministra do Supremo também foi responsável por revogar a Resolução 500/2020 do Conama, que liberava a exploração de áreas de manguezais e restingas, ignorando normas anteriores de análise de impacto ambiental de empreendimentos elaboradas pelo próprio conselho. Em 17 de fevereiro de 2022, o novo governo lançou o Decreto nº 11.417/2023 para recompor o órgão colegiado. No entanto, com o crescimento do número de ministérios, o Estado continua com um maior número de representantes. Nos cálculos do Proam, a sociedade civil ficará com apenas 17% do poder de voto, contra 83% de representantes do poder executivo e setor econômico.

E o Conama não foi o único a ter sua composição afetada no governo anterior. O Conselho Nacional de Educação (CNE) também recebeu nomeações entendidas como aparelhamento do órgão. “Você tem hoje um conjunto de conselheiros na Câmara de Educação Superior e na Câmara de Educação Básica que são majoritariamente alinhados com o tipo de visão que o Brasil se esforçou e tem se esforçado para superar, uma visão estreita e obscurantista”, avalia César Callegari, ex-conselheiro do CNE. Ainda em 2020, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) emitiram uma nota de repúdio em que criticam a retirada de cadeiras para representantes das entidades, costumeiramente presentes. Andrea Gouveia, professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR) também registra que a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) deixou de compor o conselho, ainda que tenha enviado indicações. Já no final do seu governo, em novembro de 2022, Jair Bolsonaro nomeou nove conselheiros, aliados do seu governo, com mandato de quatro anos. O CNE é responsável por auxiliar o Ministério da Educação na elaboração de diretrizes curriculares e políticas públicas para a área. “Esse é um conselho que tem uma função de normatização complementar e dá conta do que não está na LDB [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional] e não pode ser feito diretamente pelo MEC” explica Gouveia. A Base Nacional Curricular Comum (BNCC), por exemplo, foi aprovada pelo colegiado, mas o órgão não tem poder deliberativo. “Conforme a legislação, o CNE tem pouca autonomia de processo decisório. Qualquer decisão precisa ser homologada pelo ministro da pasta”, explica Callegari, também presidente do Instituto Brasileiro de Sociologia Aplicada (IBSA).

Tido como exemplo na participação social, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) não sofreu abalos

em sua composição com os decretos publicados pelo governo anterior. No entanto, o presidente Fernando Pigatto elenca a falta de diálogo e o descrédito das recomendações lançadas pelo CNS em relação à Covid-19 como um dos principais desafios enfrentados no período. “Eu tenho que dizer que toda a participação da comunidade foi prejudicada pelo governo [Jair] Bolsonaro: houve o decreto do presidente da República que extinguiu ou modificou centenas de órgãos colegiados e nós também nos sentimos atacados. Para nós, o Conselho Nacional de Saúde precisa atuar de forma integrada com os outros conselhos”, diz. E lembra que a última Conferência Nacional de Saúde, ocorrida em 2019, foi bastante prejudicada pela restrição de recursos e protagonismo. “Corremos o risco de não realizar a etapa nacional da 16ª Conferência por cortes no orçamento, além do isolamento do CNS nas articulações e nos debates e construções coletivas que sempre foram seu papel. O Conselho não é só fiscalizador e de consulta, também há o caráter deliberativo que foi completamente abandonado durante o último governo”, diz. Mas nem todas as dificuldades dos conselhos podem ser atribuídas a uma conjuntura governamental.

Problemas antigos

César Callegari e Andrea Gouveia apontam para a necessidade de formulação de critérios mais objetivos para a nomeação de conselheiros para o CNE. “Os critérios da composição não são bem pactuados. Não é um conselho paritário com diferentes setores da comunidade educacional brasileira, predominam pessoas ligadas a grupos empresariais da educação. Então é urgente revisar a composição do Conselho Nacional de Educação”, avalia Gouveia. Um dos caminhos para estipular esses critérios, diz a professora, seria com a criação do Sistema Nacional de Educação (SNE), pauta antiga dos educadores, que avançou no congresso em 2022 e foi tema de reportagem na revista Poli83. Outro ponto levantado por Callegari é a inexistência de prazo legal para que o Ministério da Educação avalie e homologue as decisões do CNE. “Muitas decisões simplesmente dormem nas gavetas do Ministério da Educação e jamais são homologadas”, diz. Entre os



ANTONIO CRUZ / ABR

Representantes da sociedade civil comemoram retorno do Consea em 28 de fevereiro

exemplos está o CAQ, Custo Aluno-Qualidade, que prevê valores mínimos para garantia da qualidade na educação. “Já houve manifestação do CNE sobre isso, mas jamais foi implementado e nem retornou para eventual reexame”. Callegari renunciou à presidência do Conselho em julho de 2018 e seu mandato terminou meses depois, em outubro. Na carta de renúncia, ele criticou a proposta da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) para o ensino médio feita pelo MEC, atrelada à Reforma para o segmento. “Na contramão de tudo o que se pensou, a nova Lei do ensino médio estabelece que esses direitos serão reduzidos e limitados ao que puder ser desenvolvido em, no máximo, 1800 horas. Ou seja: apenas ao que couber em cerca de 60% da atual carga horária das escolas. Pergunta-se, então: o que vai ficar de fora? Quanto de língua portuguesa, de biologia, de filosofia, de matemática, química, história, geografia, física, arte, sociologia, língua estrangeira, educação física? Quantos conhecimentos serão excluídos do campo dos direitos e obrigações e abandonados no terreno das incertezas, dependendo de condições, em geral precárias, e das vontades por vezes poucas? E mais: uma Base reduzida pode levar ao estreitamento do escopo das avaliações e exames nacionais que já consolidaram um papel marcante no nosso sistema educacional. E então? Exames como o Enem também serão reduzidos, a indicar que, agora, muito menos será garantido e exigido? Incapazes de oferecer educação de qualidade, baixam a régua, rebaixam o horizonte. Essa, a mensagem que se passa para a sociedade”, criticou entendendo que não caberia ao CNE refazer a proposta. No final do mesmo ano, a proposta criticada foi aprovada. Integrante do grupo de transição para a Educação, Callegari defende que este é o momento para fazer propostas mais “ousadas” na área, em especial a formação e valorização dos professores do ensino básico. “De todos os desafios que temos, o principal é formar uma nova geração de professoras e professores da educação básica no país com uma carreira de estado, uma carreira federal, com remuneração altamente competitiva a outras categorias profissionais”, defende.

Apesar de ter seu funcionamento regido por uma composição tripartite, o Conama também encontra “insuficiências democráticas”, avalia Bocuhy. Ele explica que o principal trabalho do Conama é feito nas câmaras técnicas. O primeiro passo é amadurecer a norma do ponto de vista científico e depois passa por uma segunda câmara em que a norma é analisada do ponto de vista jurídico. Integrante do Conama por dez anos, Bocuhy considera este um bom sistema para a formulação de uma norma e sanar todas as dúvidas antes de colocá-la em votação. No entanto, ele explica que mais do que a boa qualidade, sua aprovação irá depender da correlação de forças. E aí frequentemente se esbarra na aliança do Estado e setor produtivo, unidos em prol do crescimento econômico. “Há uma ligação visceral entre o setor produtivo e o governo já de início. E nesse processo a sociedade civil acaba sendo minoritária. Então

as decisões geralmente favorecem os planos de governo de curto prazo e os planos do setor econômico”, avalia. O ambientalista argumenta que outros fatores, além dos econômicos, devem ser levados em conta, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O presidente do Proam defende que a composição do conselho seja formada em sua maioria por aqueles que defendem o meio ambiente de forma independente e cita a Constituição para lembrar que o Meio Ambiente está previsto como direito fundamental. Algo não alcançado pela nova composição do Conama em sua avaliação e, por isso, ele não pretende retornar como conselheiro nesse momento. “Estamos pleiteando a ampliação da participação da sociedade civil, já que o decreto de fevereiro propõe um estado de insuficiência democrática”, disse.

Exemplos de composição

Embora sem caráter deliberativo, a composição do Consea trouxe avanços para o acompanhamento das políticas em segurança alimentar e nutricional. “A composição majoritária de representantes da sociedade civil e a ocupação da presidência por membro desse segmento conferia ao Consea uma peculiaridade como possível espaço de contestação, além de formulação de propostas e monitoramento da política. A sociedade civil valorizava tal arena pela sua visibilidade e certo grau de incidência na ação governamental. Entretanto, a eficácia da sua participação dependia da permeabilidade do governo. Como o Consea era capaz de dar voz a segmentos vulneráveis, alguns setores do governo eventualmente se sentiam ameaçados. Nesse sentido, observaram-se enfrentamentos e alianças entre governo e sociedade civil”, escrevem as pesquisadoras Verena Moraes, Cristiani Machado e Rosana Magalhães da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz) em artigo publicado em 2021 na revista Cadernos de Saúde Pública.

Maria Emília Pacheco vê como positiva essa composição expressiva da sociedade civil aliada a ausência de representantes de grandes indústrias de alimentos e comenta os processos importantes desencadeados pelo conselho. Criado em 1993, o conselho foi desativado em 1995 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso e reativado em 2003, no primeiro mandato de Lula. E nesse mesmo ano nasceu o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). “O Programa de Aquisição de Alimentos nasceu em uma plenária do Consea, em 2003”, lembra a também assessora da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase). Para incentivar a agricultura familiar e alimentar pessoas em situação de vulnerabilidade, o programa realiza a compra de alimentos desses agricultores com dispensa de licitação, auxilia na criação de estoques públicos para estes alimentos e destina a pessoas atendidas pela rede pública de ensino e socioassistencial. Sua criação está prevista em artigo da Lei nº 10.696, a do programa Fome Zero, lançado no mesmo ano. Já outros programas relacionados, como Um milhão de Cisternas e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nasceram de demandas da sociedade civil,



2018: Mendonça Filho (dir.), Ministro da Educação entre proposta da BNCC do Ensino Médio para o então presidente do CNE, Eduardo Deschamps

foram levados para debate no conselho e implementados como política pública. “O programa Um milhão de Cisternas já existia, inicialmente idealizado e executado pela sociedade civil e ele se transformou em uma verdadeira política pública. E a esse programa se associa a outro, chamado Uma terra duas águas, para garantir água para a produção de alimentos em torno das casas, e como consequência nasceu outro para a produção de sementes pelas comunidades”, exemplifica. Processo similar aconteceu com o PNAE. “Este programa veio para o Conselho como demanda dos movimentos sociais, dos agricultores familiares como necessidade de regulamentação da oferta para a alimentação escolar”, recorda. Todos esses programas foram interrompidos no último governo.

O formato de participação do Conselho Nacional de Saúde é considerado um exemplo por prever a presença de 50% dos usuários e usuárias, 25% de trabalhadores e trabalhadoras em saúde e 25% da gestão. Embora tenha sido criado em 1937, houve grande capilarização da atuação dos conselhos a partir da Constituição de 1988, que determinou a criação de representações municipais e estaduais, bem como a existência de conferências preparatórias. Além dos 48 conselheiros titulares, o presidente do CNS calcula que entre as 19 câmaras intersetoriais atuem cerca de 400 pessoas. A capacidade de mobilização social na área da saúde foi citada como exemplo pelo secretário de Participação Social, Renato Simões, em entrevista ao Centro de Estudos Brasileiros em Saúde (Cebes). Na entrevista transmitida por YouTube no começo de fevereiro de 2022, Simões disse que essa participação se dará tanto em âmbito federal em diálogo com os entes federativos, como no nível local e formativo. Segundo ele, agentes de saúde e profissionais da educação serão importantes na tarefa de mobilização e formação para impulsionar as políticas públicas.

Em outra frente, o governo federal lançou, em 31 janeiro, o Conselho de Participação Social da Presidência da República que, além de sete representantes do governo, prevê a convocação de 68 representantes da sociedade civil indicados pela secretaria-geral da Presidência. Entre os representantes de entidades, oito serão escolhidos para compor, ao lado dos integrantes do governo, a coordenação executiva do Conselho. A determinação, de acordo com o Decreto nº 11.406/2023, é de que o colegiado se reúna a cada três meses para “assessorar o Presidente da República no diálogo e na interlocução com as organizações da sociedade civil e com a representação de movimentos sindicais e populares; e promover o diálogo com quanto à participação social na execução de políticas públicas”, diz o documento.

Limites

Para o professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) André Dantas a retomada dos conselhos é positi-



Projeto de cisternas no semiárido beneficia agricultora em 2014. Após iniciativa da sociedade civil, projeto virou política pública incentivada pelo Consea

RICARDO ARAUJO ASA

va, em especial diante dos anos de fechamento de diálogo. “Toda iniciativa que tenta aproximar das bases a participação democrática é bem-vinda, ainda mais depois do momento que ainda estamos vivendo de recuo civilizatório. O conservadorismo não acabou, o autoritarismo não acabou”, opina. No entanto, ele defende que a democracia não parte do Estado. “A democracia não virá das boas intenções de um ou outro governo ou do modelo de participação operado dentro do Estado, ainda que um governo popular possa ajudar muito a executar as demandas da classe trabalhadora”, diz.

A professora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) Maria Cristina Paniago tem um olhar mais cético sobre os conselhos. Para ela, eles são instrumentos que se limitam a apaziguar conflitos existentes na sociedade. “Os conselhos são importantes quando partimos do pressuposto de que o capitalismo será permanente e que é preciso administrá-lo de forma mais justa. Então, em última instância, esses espaços que têm discussão tripartite atenuam conflitos e fortalecem o sistema”, diz. Em comum, os pesquisadores dividem a preocupação de que as demandas da classe trabalhadora fiquem restritas a esses espaços em um período de recessão mais grave e de conservadorismo latente.

Ainda que entenda a importância desses órgãos, Dantas argumenta não ser uma estratégia segura esperar avanços nas políticas públicas em benefício dos trabalhadores

a partir das decisões dos conselhos. Uma prova disso, segundo ele, está na maior ou menor abertura para o diálogo a depender da vontade de quem assume o poder Executivo. “Então o PT [Partido dos Trabalhadores] não deveria reinstaurar os conselhos? Não, não é isso que eu estou dizendo. O governo do PT está fazendo o que é coerente com a sua história, com a sua ideia de democracia”, explica e defende que a radicalização da democracia, termo que está em voga, só virá a partir da pressão de lutas sociais que ocorreram fora dos espaços institucionais.

Outro exemplo expressivo, mencionado pelo professor-pesquisador, é o do está na privatização na saúde. Conforme defendido nas Conferências Nacionais, havia necessidade de expansão da Atenção Primária, no entanto, diz ele, essa expansão ocorreu a partir da privatização do serviço a partir da contratação de Organizações Sociais da Saúde (OSS). “Esse é um exemplo de que os governos não funcionam apenas pelas boas ideias. Não é o documento bem elaborado de uma conferência, mesmo construído por muitas vezes, que fará uma política ser colocada em prática. É preciso haver uma luta social na rua que imponha a realização das suas demandas”, disse. Uma articulação, lembra ele, que não é novidade. “A democracia participativa, como se convencionou chamar desde o movimento sanitário e que ganha corpo com a Constituição e o nascimento do SUS, tem sua origem nas mobilizações sociais muito poderosas dos anos 1970 e 1980”, finaliza. ●

ALERTAS GLOBAIS CHAMAM A ATENÇÃO PARA O PAPEL DO TRABALHO NA SAÚDE MENTAL

Apesar do crescente debate em espaços laborais, tema ainda é cercado de estigmas

ERIKA FARIAS

Estima-se que 12 bilhões de dias de trabalho são perdidos anualmente por causa da depressão e da ansiedade, custando à economia mundial quase 1 trilhão de dólares. Os dados são do relatório “Diretrizes sobre Saúde Mental no Trabalho”, publicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em setembro de 2022, e confirmam a necessidade de se trazer o debate ainda mais à tona. Na mesma época, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), publicou uma nota conjunta com a OMS, na qual as novas diretrizes são explicadas por meio de estratégias práticas para governos, empregadores, trabalhadores e suas organizações, nos setores públicos e privados. “De acordo com as diretrizes globais, 60% da população mundial trabalha e esse trabalho pode impactar a saúde mental tanto de forma positiva quanto negativa. As diretrizes também trazem questões importantes referentes à inserção e à permanência de pessoas com problemas de saúde mental no mercado de trabalho. Além do estigma e das barreiras que essas pessoas vivenciam para ingressar no mercado de trabalho, a ausência de estruturas de suporte impacta na sustentação das atividades laborais”, explica a consultora Nacional de Saúde Mental da OMS, Cláudia Braga.

De acordo com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em 2022, 209.124 mil pessoas foram afastadas do trabalho por transtornos mentais, entre depressão, distúrbios emocionais e Alzheimer, enquanto em 2021 foram registrados 200.244 afastamentos. “Esse cenário nos mostra a importância de discutirmos essas questões e esperamos que essas diretrizes possam nortear os debates sobre as responsabilidades dos diferentes atores, de modo a mobilizarmos esforços para prevenir os impactos negativos do trabalho na saúde mental, promover e proteger a saúde mental e o bem-estar dos trabalhadores e trabalhadoras, assim como dar suporte às pessoas com problemas



de saúde mental para que tenham seus direitos garantidos”, afirma a consultora da OMS.

Para o psicólogo e professor adjunto da Universidade Federal Fluminense (UFF), Bruno Chapa-deiro Ribeiro, não interessa mais saber se o transtorno foi desencadeado no trabalho ou fora dele, e sim, qual foi o grau de participação do trabalho no desencadeamento ou no agravamento de uma condição pré-existente. “Por exemplo, eu poderia ter sido diagnosticado com uma depressão anterior ao trabalho que eu estou, mas eu poderia estar medicado, passando por psicoterapia, e aí eu entro em um trabalho que desestabiliza tudo isso. Ou seja, mesmo que fosse uma condição latente, ele agravou uma condição pré-existente. Ou o trabalho também pode vir a desencadear esta condição, mesmo sem eu nunca ter tido uma depressão ou burnout”, comenta.

Segundo a professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), Marilda Silva Moreira, as questões relacionadas ao campo da saúde do trabalhador são historicamente contundentes, pois são permeadas pelas tensões entre capital e trabalho. “Uma questão que quero destacar é, por exemplo, o estabelecimento donexo causal que, muito resumidamente, estabelece a relação entre o ambiente/processo de trabalho e o adoecimento do trabalhador, e pode ser determinante para apuração de responsabilidades e indenizações trabalhistas. Neste ponto, nos deparamos com a falta de médicos peritos no INSS, a falta de políticas públicas e assistenciais, a morosidade do sistema judiciário e a subnotificação”, argumenta. Segundo ela, no que se refere à subnotificação, é importante acrescentar que se os sistemas de informação em saúde não estiverem atualizados, o planejamento e a elaboração de políticas de saúde pública para essas áreas serão afetados, uma vez que não se terá a real dimensão da questão epidemiológica e, conseqüentemente, o financiamento do setor ficará aquém da problemática apresentada. “Nos últimos anos, esse fato foi agravado com a retração ocorrida nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, quando houve uma retomada de discursos conservadores e retrógrados na área da saúde mental e de desmonte das políticas protetivas de direitos trabalhistas”, diz.

Esgotamento profissional

A síndrome de burnout, também conhecida como síndrome do esgotamento profissional, é descrita no site do Ministério da Saúde (MS) como um distúrbio emocional com sintomas de exaustão extrema, estresse e esgotamento físico resultante de situações de trabalho desgastante, que demandam muita competitividade ou responsabilidade. Ainda segundo o MS, a principal causa da doença é o excesso de trabalho. Desde janeiro de 2022, o burnout passou a ser considerado uma doença ocupacional, tendo sido incluído na Classificação Internacional de Doenças (CID), da OMS.

“Ele ganhou um código específico para profissionais de saúde diagnosticarem alguém com o burnout, mas, aqui no Brasil, a nossa legislação sanitária do Ministério da Saúde já reconhecia o burnout como uma síndrome desencadeada pelo trabalho desde 1999. A gente pode identificar o burnout por elementos centrais como a exaustão emocional e o sentimento de desgaste emocional, esse esvaziamento afetivo que a pessoa tem em relação ao seu trabalho, que a gente chama de despersonalização. É como se a pessoa não sentisse mais prazer em realizar o trabalho e ela ficasse alheia ao que tem que fazer. Outro elemento é a diminuição do envolvimento pessoal com o trabalho, um sentimento de diminuição de competência e sucesso. A pessoa acha que não dá mais conta, que não é boa para aquilo, o que vai fazendo com que ela se distancie cada vez mais”, explica Bruno. Segundo o psicólogo, há ainda uma questão importante sobre o burnout, que é a ‘romantização’ da síndrome, “quase uma medalha”, ele diz. “A gente vê que algumas pessoas têm mais facilidade de falar que tiveram um burnout do que uma depressão, porque o burnout parece essa coisa que ‘caramba, eu cheguei ao meu limite, eu me esforcei tanto, eu fui tão bom, que eu cheguei a ponto de ter um burnout’. E a depressão não. Ela já vem com o estigma da pessoa que ‘não aguentou’”, afirma.

Estigmas e desafios

Dados da OMS/OIT demonstram que, em 2019, em todo o mundo, 301 milhões de pessoas conviveram com a ansiedade e 208 milhões com depressão, enquanto o último mapeamento global de saúde mental feito pela OMS revelou que o Brasil tem a maior prevalência de ansiedade, com 9,3% da população sofrendo do transtorno. Já o Relatório Anual do Estado Mental do Mundo, encomendado pela Sapien Labs, divulgado em março de 2023, mostra que o Brasil ocupou o terceiro pior índice de saúde mental em um ranking que contou com 64 países habilitados para a internet, ficando abaixo apenas da África do Sul e do Reino Unido. Segundo o estudo, 33,5% dos brasileiros, ou seja, uma a cada três pessoas, relataram diversos sintomas relacionados a transtornos mentais.

Apesar dos números não apontarem uma implicação direta com questões trabalhistas, Ribeiro explica que o espaço laboral é um dos principais impulsionadores de problemas psicológicos. “Eu tenho dito que é o trabalho que está doente e não as pessoas. Nossas formas de trabalhar hoje estão adoecidas e isso tem reverberado nas pessoas. A gente também não pode desconsiderar outras dimensões da vida, mas o trabalho é um elemento central. É onde a gente passa a maior parte dos nossos dias, semanas, da nossa vida, então não há como desconsiderar o fator trabalho como um determinante social importante da nossa saúde”, ressalta.

Para Marilda, o debate sobre a saúde mental foi ampliado e se tornou pauta em diversos setores da sociedade, mas o mundo do trabalho tem suas singularidades e é marcado por exigências de alta produtividade, eficiência, desempenho e uso de habilidades técnicas. Fatores que podem gerar a competição entre trabalhadores pela manutenção de postos de

trabalho, gerenciamento de atividades ou prestação de serviços. “No setor terciário, vemos uma ampliação da informalidade e ausência de direitos trabalhistas que ironicamente são associados ao ônus do ‘empreendedorismo’. Todas essas dinâmicas precarizadoras, por si só, são potencialmente produtoras de estresse, fadiga, ansiedade e depressão. Então, podemos inferir que trabalhadores e trabalhadoras possam ter maior receio de falar sobre sua situação de saúde mental no ambiente de trabalho por medo de serem considerados incompetentes, emocionalmente instáveis ou incapazes de desempenhar suas tarefas sob pressão, pois isto geraria, em última instância, sua substituição por alguém considerado mais saudável, equilibrado e apto ao trabalho”, afirma. “Obviamente que existem instituições que possuem políticas de maior atenção à saúde dos trabalhadores, mas esses casos pontuais só mostram que a exceção confirma a regra predatória concernente ao mundo do trabalho”, complementa a professora.

Ainda há os casos das pessoas afastadas que não conseguem voltar para o emprego, explica Bruno Ribeiro. “Às vezes, o trauma foi muito grande, de um assédio moral sofrido ou um burnout, e a pessoa não se vê mais trabalhando naquele espaço. Já a equipe, muitas vezes reduzida, passa a olhar aquela pessoa não só como ‘a que não aguentou’, mas como se ela tivesse se dado ao luxo de sair para se cuidar, enquanto ‘eles ficaram ali para dar conta de todo trabalho’. E a gente sabe, se tem uma equipe com cinco pessoas para dar conta do trabalho de dez, se uma pessoa falta sobrecarrega todo o resto. Por isso, é importante tratar esse tema sem tabus”, reforça Ribeiro.

Pandemia e trabalho remoto

Em março de 2022 foi divulgado um resumo científico da OMS afirmando que, durante a pandemia, a prevalência de depressão e ansiedade aumentou 25%, sendo uma das causas o isolamento social necessário para conter o avanço do vírus. No Brasil, nos dois anos mais críticos da crise sanitária (2020 e 2021), o INSS registrou mais de 530 mil afastamentos por problemas de saúde mental. “Dos países pesquisados nesse resumo científico, 90% estavam preocupados em incluir a saúde mental e o apoio psicossocial nos seus planos de resposta à Covid-19, justamente em razão dos possíveis aumentos nas condições de saúde mental. Ainda assim, o que se observa é que, mesmo com maior interesse na saúde mental após a pandemia, há subinvestimento em serviços de saúde mental de maneira global”, relata Cláudia Braga.

Para Marilda Moreira, a pandemia de Covid-19, em seu momento mais restritivo, trouxe uma série de incertezas sobre a empregabilidade, a manutenção das

minguadas garantias trabalhistas ou as urgentes necessidades de adaptação a estruturas tecnológicas desconhecidas. A professora-pesquisadora diz que esses fatores se somaram, para muitos trabalhadores, a extensas horas de trabalho virtual, aliadas aos cuidados domésticos e com familiares - sobretudo para as mulheres. “Não podemos esquecer da experiência angustiante de termos vivenciado o adoecimento e a morte de parentes e amigos, ou da vivência do próprio adoecimento por Covid e suas sequelas. A experiência de confinamento gerou também um aumento de tensões, da solidão, das preocupações existenciais, da violência doméstica e do empobrecimento, agravando indiscutivelmente o sofrimento mental dos trabalhadores”, diz.

De acordo com Bruno Ribeiro, a pandemia também foi um catalisador para situações que já aconteciam em ambientes de trabalho e o teletrabalho (ou trabalho remoto), imposto em muitas organizações devido ao isolamento social, apesar de favorecer parte dos trabalhadores, também trouxe à tona aspectos delicados dessa modalidade. “Se antes eu sofria um assédio moral no espaço de trabalho - o que já era uma violência, mas eu tinha meus colegas como testemunhas ou fortalecimento social - hoje, nem isso. Eu posso estar sendo assediado nessa modalidade que chamamos de ‘telessédio’, seja por um e-mail ou mensagem do WhatsApp, que por mais que possam criar provas para uma possível judicialização da questão, me fazem me sentir sozinho. Aí há uma tendência de a pessoa achar que pode ser algo da cabeça dela, que ela não está sofrendo uma perseguição continuada intencional”, explica.



Em janeiro de 2023, a OIT alertou sobre a importância de se melhorar a saúde mental de trabalhadores, em especial neste período pós-pandemia. Em entrevista à ONU News, o diretor da OIT para o Brasil, Vinícius Pinheiro, afirmou que o trabalho remoto veio para ficar e que os modelos híbridos de trabalho, aqueles que aliam o remoto e o presencial, estão ganhando espaço. “Mas é uma faca de dois gumes. Ao mesmo tempo em que o trabalho remoto pode beneficiar um maior equilíbrio entre família e trabalho, ele também pode servir para ampliar contradições dentro do ambiente familiar e quebrar barreiras que existem entre o profissional e o familiar”, afirma.

Sobre essas contradições, o psicólogo Bruno Ribeiro ressalta que o teletrabalho foi crucial para destacar aspectos das desigualdades estruturais presentes na sociedade. “O teletrabalho também foi muito desigual para pessoas de baixa renda, pessoas negras, pobres e periféricas, para mulheres, que já têm uma sobrecarga de trabalho elevada. Não foram considerados esses

fatores psicossociais. Foi considerada apenas uma ergonomia que eu costumo brincar chamando de ‘cadeirologia’: se tem uma boa mesa, uma boa cadeira para realizar o trabalho. Mas, sentados à mesma mesa, homens e mulheres ou pessoas de classes diferentes não tiveram as mesmas condições de realizar esse trabalho”, frisa.

Cláudia Braga chama a atenção para os desafios de promover a saúde mental nos diferentes contextos - seja em um cenário de trabalho presencial ou no remoto. “Nesses cenários a questão é, sobretudo, compreender como o ambiente de trabalho - seja ele qual for - potencializa ou minimiza os riscos de um problema de saúde mental e como

os trabalhadores com problemas de saúde mental estão sendo apoiados para manter seus trabalhos. É preciso avançar nessa agenda para garantir o direito à saúde mental e o direito ao trabalho decente”, conclui a consultora da OMS.

Alertas globais

O Informe Mundial de Saúde Mental: transformar a saúde mental para todos, publicado em junho de 2022 pela OMS, alerta para a necessidade de mudança e investimento em saúde mental, demonstrando que transtornos mentais são a principal causa de incapacidade e causam um em cada seis anos vividos com incapacidade. Pessoas com condições graves de saúde mental morrem em média 10 a 20 anos mais cedo do que a população em geral, principalmente devido a doenças físicas evitáveis.

Ainda segundo o relatório, 15% dos adultos vivem com algum transtorno mental, como depressão e ansiedade. A consultora da OMS, Cláudia Braga, explica que, na perspectiva de compreender o problema para desenhar estratégias de ação, as diretrizes da OMS e da OIT apresentam dez fatores de risco para saúde mental tais como conteúdo do trabalho/desenho da tarefa, carga de trabalho e ritmo de trabalho, horário de trabalho, baixa participação em decisões relativas ao trabalho, adequação de ambiente e equipamentos, cultura e função organizacional, relações interpessoais no trabalho, papel na organização, preocupações com o desenvolvimento de carreira e questões relativas à interface casa-trabalho. “O que é urgente não é uma ou outra situação específica, já que os contextos e cenários variam, mas os atores-chaves adotarem medidas concretas para superar os problemas”, afirma Braga.

Já Moreira ressalta que em um mundo onde as relações de trabalho são cada vez mais dinâmicas, as instituições públicas

Existe um momento certo para entrar de licença?

Segundo o psicólogo Bruno Ribeiro, o trabalho pode ocasionar diversas alterações de comportamento em trabalhadores. A pessoa pode ficar nervosa, verbalizar que está se sentindo exausta, ficar mais agressiva, com pensamentos mais pessimistas, mais derrotistas. “Não existe um padrão de normalidade, cada um tem um jeito de seguir com a vida. As pessoas próximas conseguem notar quando a pessoa costuma ter comportamentos diferentes. Pode ser uma fase, mas a gente percebe uma certa recorrência até que se torne algo crônico. Na saúde, a gente costuma usar uma diferenciação entre agravo e adoecimento. O agravo é um processo prévio até que esse transtorno mental se torne, de fato, crônico. São sinais, sintomas, que experienciamos, que vão ficando claros para quem está no entorno que não estamos dando conta de andar com a nossa vida da forma que nos era habitual”, explica.

As questões de saúde mental são bastante complexas e abrangem fatores culturais, históricos e socioeconômicos. A professora-pesquisadora da EPSJV, Marilda Moreira, aponta três desafios que a pessoa enfrenta quando precisa lidar com a questão do afastamento no trabalho. “Um primeiro desafio talvez seja o reconhecimento de que a pessoa está com sua saúde mental comprometida e que necessita de uma rede de apoio de familiares e/ou amigos sensíveis a sua situação”, revela. “Em um país que possui elevados percentuais de pessoas desempregadas ou subempregadas, construir essa rede nem sempre é fácil, pois ter um emprego pode ser considerado um privilégio e o sofrimento produzido pelo trabalho nem sempre é compreendido por pessoas próximas”, complementa. Ela continua: “O segundo desafio é o de encontrar profissionais que estejam atualizados com a práxis transgressora, problematizadora e emancipadora da saúde mental e que também consigam dialogar com a saúde do trabalhador, capazes inclusive de estabelecer onexo causal entre as situações que envolvem os processos de trabalho e o adoecimento de trabalhadores, tendo em vista os processos dinâmicos do mundo do trabalho. Um terceiro desafio envolve a questão financeira. Existe a possibilidade de afastamento para trabalhadores com vínculos formais, no entanto, as licenças médicas concedidas por período superior a 15 dias podem significar diminuição da renda. Para trabalhadores informais, a situação pode ser ainda mais complicada, já que muitos não possuem os critérios seletivos para alcance das coberturas da previdência social. Deste modo, o momento ‘certo’ para entrar de licença deve levar em conta múltiplos fatores, assim como o retorno”, explica Moreira.

SAÚDE MENTAL NO TRABALHO EM NÚMEROS

CONTEXTO



60% da população trabalha

61% dos trabalhadores trabalham em economia informal

dos trabalhadores trabalham em economia informal



207 milhões

é a expectativa de desempregados em 2022

PREVALÊNCIA

301 milhões de pessoas viveram com **ansiedade** em 2019*

280 milhões de pessoas viveram com **depressão** em 2019*

703 mil pessoas morreram por **suicídio** em 2019*

15% dos adultos em idade laboral tiveram algum transtorno mental em 2019



dos adultos em idade laboral tiveram algum transtorno mental em 2019

IMPACTO



50%

do custo social total das condições de saúde mental é impulsionado por custos indiretos, como produtividade reduzida

12 bilhões de dias de trabalho são perdidos anualmente devido à depressão e ansiedade

1 trilhão de dólares (cerca de 5 trilhões de Reais) – custo para a economia global devido à ansiedade e depressão

* Muitos dessas pessoas são adultos em idade laboral.

Fonte:
IHME, 2019 [5]; ILO, 2018[7]; ILO, 2022 [8];
Christensen et al., 2020 [9]; Chisholm et al., 2016 [10].
Infográfico adaptado do documento "Saúde Mental no Trabalho: resumo da política" da OMS/OIT.

e privadas precisam estar atentas às suas responsabilidades sociais. "Em parte, o destaque nas mídias das situações de trabalho que envolvem assédio moral, sexual, burnout, discriminação, bullying etc., e o consequente sofrimento das vítimas, trazem à tona a necessidade de ampliação do debate da saúde mental dos trabalhadores na sociedade. De modo bastante pragmático e em atenção à lógica capitalista, gestores se atêm a esta realidade, pois respondem pela possibilidade de geração de ônus financeiro e ao abalo da imagem das suas instituições. Sob o ponto de vista ético, qualquer situação de trabalho que cause sujeição e sofrimento é inaceitável. A adoção de políticas institucionais de atenção, prevenção e cuidado, com ênfase nos campos da saúde mental e na saúde do trabalhador, pode ser um importante passo para a constituição de ambientes onde trabalhadores sintam-se acolhidos e menos fragilizados", diz.

Políticas de ambiente de trabalho saudável

Sem estruturas eficazes e apoio no local, apesar da vontade de trabalhar, o impacto das condições de saúde mental pode afetar a autoconfiança, capacidade para o trabalho, gerar faltas e impactar na capacidade de conseguir emprego, é o que diz a OMS. "Sem dúvida, ainda há muito a ser feito. É preciso, por exemplo, que considerando o disposto na Convenção de Segurança e Saúde dos Trabalhadores da OIT (Nº 155) e a Recomendação (Nº 164) - documentos que fornecem estruturas legais para proteger a saúde e a segurança dos trabalhadores -, os países criem e implementem programas nacionais de promoção à saúde mental nos ambientes de trabalho", afirma Cláudia Braga.

A professora-pesquisadora da EPSJV afirma que essas recomendações da OIT, das quais o Brasil se tornou signatário, atuam como balizadoras de compromissos sociais éticos e políticos no mundo do trabalho, ressaltando as responsabilidades jurídicas pelo descumprimento de ações protetivas e preventivas ao trabalho insalubre, perigoso, ou que amplie potencialmente o risco de adoecimento e morte. Mas ressalta: "Existe um grande hiato entre os marcos regulatórios e a execução deles. Prova disto é que, diariamente, recebemos informações do descumprimento dos pactos mais básicos concernentes aos direitos humanos, como o direito à liberdade, por exemplo. Países de economia periférica carecem de estruturas reguladoras e fiscalizadoras dos ambientes e processos de trabalho, mas, justamente por isso, são tão atrativos aos grandes impérios econômicos, pois concentram mão-de-obra barata, abundante e que está sujeita a indenizações irrisórias (quando existem) se comparada à de trabalhadores de países ricos".

O psicólogo Bruno Ribeiro também frisa a importância do tema da saúde mental estar na pauta do dia. "Infelizmente, o que a gente tem visto é que as diretrizes têm ido mais na direção do autocuidado, semelhante a uma culpabilização da vítima. Se a pessoa está adoecendo, foi ela que não deu conta, 'ela que resolva essa questão sozinha, que arranje tempo para atividade física, para se alimentar melhor, para ter um hobby', sendo que muitas pessoas estão sobrecarregadas de jornada de trabalho. Um ambiente de trabalho saudável é aquele em que é possível uma participação das pessoas nos processos de trabalho, uma certa influência, um controle do meu próprio trabalho: que eu tenha autonomia e reconhecimento – não só pelas verbalizações, ou reconhecimentos simbólicos, mas também reconhecimentos que se traduzem em melhores condições de trabalho e na forma de organizar esse trabalho", conclui. ●

Agroecossistema

Não é possível falar de agroecossistema sem antes passear pelas bases que formam essa estrutura. É assim quando se pensa em qualquer análise do meio ambiente: diversos caminhos podem ser trilhados, cada qual com suas particularidades. Primeiramente, é preciso passar pelos ecossistemas, com suas interações entre organismos vivos como plantas e animais, e componentes abióticos, como o ar, o solo, a água e minerais. Na sequência, toma-se o rumo da agroecologia, uma forma de agricultura sustentável que associa o ecossistema aos meios de vida e produção dos seres humanos, tendo em mente questões políticas, culturais, socioeconômicas e ambientais. Só então chega-se a um ponto de encontro entre ambos, no amplo conceito de agroecossistema: um ecossistema gerido por meio da participação popular, que tem como característica seu manejo por seres humanos a fim de gerar benefícios para a humanidade. “Nos agroecossistemas, além das plantas, animais e microrganismos dos ecossistemas do lugar, observamos também as plantas cultivadas e os animais criados”, explica o agrônomo e integrante da Agricultura Familiar e Agroecologia (AS-PTA), organização da sociedade civil que assessora organizações da agricultura familiar com base nos princípios da agroecologia e que integra redes como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Denis Monteiro. O agrônomo também é autor do verbete “Agroecossistema” no Dicionário de Agroecologia e Educação, organizado pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), e publicado em 2021 pela Editora Expressão Popular e a EPSJV.

Segundo o verbete, agroecossistema é uma unidade fundamental de pesquisa e intervenção; um local de produção agrícola compreendido como um ecossistema. “Por meio de seu processo de trabalho, as pessoas modificam a estrutura e o funcionamento dos ecossistemas para satisfazer suas necessidades e para atender às necessidades de outras pessoas não diretamente envolvidas na agricultura, com base nas relações de reciprocidade e de trocas mercantis”.

O agrofloreteiro do assentamento Luiz Beltrame, do MST, em Gália, interior de São Paulo, Rafael Virgínio dos Santos, diz que entendendo o agroecossistema como uma unidade de análise, é preciso perceber a interação social, política, econômica e ecológica. “Nesses espaços, as pessoas lidam com o ambiente causando um impacto que pode ser positivo ou negativo. É necessária uma grande conscientização dos agricultores da comunidade. A gente tem uma identificação cultural e sociocultural muito grande da comunidade em relação ao território”, conta.

Para o professor-pesquisador da EPSJV Alexandre Pessoa, há também outras formas de agroecossistemas que devem ser mencionadas, como aquelas desenvolvidas pelos indígenas. “Por meio do seu conhecimento e da sua relação com a natureza, os indígenas desenvolveram sistemas agroflorestais que, na verdade, são agroecossistemas. Eles fazem manejo de solo e manejo florestal. Também falam de ‘mulheres biomas’, ‘homem bioma’. Há muita discussão de não separar a pessoa da natureza porque nós fazemos parte dela”, explica. “Ou seja, anterior a todo esse movimento, o agroecossistema já era feito pelos indígenas. Eles apenas não denominam dessa forma”, diz.

Participação e funcionamento

A participação social e política das pessoas que cuidam desses territórios são fatores fundamentais para os agroecossistemas, por isso, é importante entender a função de cada um nas associações comunitárias, nos espaços de comercialização, nos sindicatos, movimentos sociais, conselhos e redes. Para Santos, a gestão dos agroecossistemas funciona como em qualquer lugar que se cultive agricultura familiar camponesa: com cuidado com o território. “Temos um diálogo na comunidade bastante avançado no sentido de manutenção dos recursos, porque muitas das plantas que a gente encontra por aqui, por exemplo, são medicinais, com esse potencial de fazer remédio, de flora apícola. Atuamos como guardiões do território, o que significa que temos maior seguridade, uma maior preservação do meio ambiente. A gente vê que há uma melhora nessa questão do avanço das matas nativas por meio dos corredores ecológicos [promovem a ligação de diferentes áreas, favorecendo o deslocamento de animais, a dispersão de sementes e o aumento da cobertura vegetal]. Se pegar uma imagem aérea de antes e depois do assentamento, por exemplo, é possível ver que a conservação melhorou bastante em vários pontos”, explica.

Outro ponto importante é sobre as políticas de compras institucionais que levaram a mudanças estratégicas nos agroecossistemas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além das políticas de valorização dos produtos da sociobiodiversidade, como é explicado no Dicionário de Agroecologia. Segundo Denis Monteiro, no agroecossistema há produções que são destinadas ao consumo da família, outras são doadas às comunidades ou para amigos e parentes e outras são destinadas aos mercados. “É olhando os fluxos dessas produções que entendemos a ecologia dos agroecossistemas e temos elementos para pensar quais inovações podem promover maior autonomia em relação aos mercados de insumos e serviços. Diferentemente dessa autonomia dos agroecossistemas, na lógica da modernização agrícola, os insumos devem ser comprados no mercado: sementes, fertilizantes sintéticos, agrotóxicos, ração e medicamentos para os animais”, ressalta.

Tecnologias Sociais

O agrônomo Denis Monteiro argumenta sobre a necessidade de se valorizar e incentivar a produção de matérias-primas, sementes e alimentos de qualidade no próprio agroecossistema, nas comunidades e territórios. Segundo ele, é preciso avaliar como se dá a produção interna e entender o que vem das comunidades ou é comprado no mercado. “Pode ser que haja insumos que vêm do Estado, por exemplo, se houver uma política de distribuição de sementes e de composto feito com resíduos orgânicos das áreas urbanas. Quanto maior a produção de fluxos internos ao território e com a comunidade, mais autônomo é o agroecossistema e maiores são os níveis de sustentabilidade desse agroecossistema”, afirma. Ela também explica que para sistematizar esses fluxos, as Tecnologias Sociais (TS) são muito importantes. “Por exemplo, os bancos familiares e comunitários de sementes crioulas, minhocários e composteiras, silos para armazenar e conservar forragem para fornecer aos animais nos períodos mais secos do ano, e todas as tecnologias relacionadas ao estoque e distribuição de água, como as cisternas, tanques e sistemas de irrigação”.

No Dicionário de Agroecologia, as TS são definidas como métodos ou instrumentos capazes de solucionar algum tipo de problema social e que atendam aos quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e geração de impacto social. Ou seja, elas utilizam conhecimentos acessíveis para a população e estratégias para promover uma melhora na qualidade de vida de uma determinada parcela da sociedade. Alguns exemplos são a captação da água da chuva, os aquecedores solares, coleta seletiva e bioconstruções.

O agrofloreiro do MST comenta sobre o conhecimento tradicional como uma ferramenta de tecnologia social em seu assentamento. “Embora existam outras tecnologias mecânicas sociais que também são importantes para gerir o nosso território, acreditamos que hoje a maior tecnologia social que a gente tem é a união no entorno das cestas agroecológicas”, explica Santos, que complementa: “O cuidado que temos com a terra, com a rotação de cultura, com adubação orgânica, com compostagem, com poda, é fundamental. Respeitar o conhecimento tradicional, a valorização da biodiversidade, tudo isso é importante, haja vista que o agroecossistema não é somente uma dimensão produtiva”, diz. Para ele, o agroecossistema perpassa pela sociologia e pela antropologia cultural. “Temos um papel fundamental no manejo da biodiversidade dos recursos naturais, da questão sociológica, filosófica, combater o machismo, promoção da igualdade de gênero, a inclusão social para que nossos jovens não tenham evasão do campo. Procurar ter emprego no meio rural por meio da inserção da juventude, por meio da discussão da nossa cultura nas escolas,

isso é fundamental para que os alunos se sintam orgulhosos do espaço que eles vivem e habitam”, afirma.

O agro é pop?

Quando se busca entender as estruturas de um agroecossistema, o professor-pesquisador da EPSJV explica que qualquer definição é fechada nos próprios princípios agroecológicos. Para Alexandre Pessoa, esses princípios se relacionam com a justiça social, as ciências sociais, o respeito às leis da natureza, a emancipação humana e com o fim da exploração da natureza e do homem pelo homem. “Porque se eu cultivo um sistema agrofloreiro de monocultura com só um tipo de raça de animal e um tipo de floresta, eu não respeito a biodiversidade, que é um princípio agroecológico. Os sistemas artificiais que usam a terra para o negócio, não para o trabalho, eles confrontam as leis ecológicas, reduzem a biodiversidade e fragilizam os ecossistemas a ponto de permitirem, por exemplo, doenças emergentes. Porque você tem um processo de perda de variedade genética. Tanto de plantas, quanto de animais”, argumenta.

Hoje, muito se questiona se determinadas ações e práticas se inserem no contexto de agroecossistema. Sobre o tema, Alexandre é enfático. “O problema é que o capitalismo verde, a economia verde e o próprio agronegócio, cada vez mais estão se utilizando de termos da agroecologia para fazer o greenwashing [apropriação de qualidades ambientalistas por organizações, omitindo informações sobre seu real impacto ao meio ambiente]. E esses elementos de cooptação política só se resolvem, inclusive, se tiverem à luz de princípios, não somente baseados em uma discussão filosófica. O processo de políticas públicas estabelece quais são os princípios, que, por sua vez, definem diretrizes e estratégias. O mesmo cabe em

uma concepção da agroecologia”, explica o professor-pesquisador.

Educação

O processo de trabalho na agricultura é complexo e se relaciona com diversos conhecimentos, articulando trabalhos intelectuais e habilidades manuais refinadas, de acordo com o verbete do Dicionário de Agroecologia. “As escolas do campo, por estarem imersas nessa realidade das comunidades da agricultura familiar, dos assentamentos da reforma agrária e das comunidades tradicionais, estão numa posição privilegiada para construir projetos pedagógicos que contribuam com esse objetivo”, argumenta Monteiro. Ele continua: “Acho que o conceito de agroecossistema pode ser muito útil para construir projetos pedagógicos interdisciplinares nas escolas do campo, exatamente por sua complexidade, por mobilizar tantos conhecimentos diferentes e por ser o dia a dia das famílias camponesas. É, portanto, um conceito potente para a educação contextualizada e transformadora”, observa o agrônomo.

Santos concorda. “Construir, discutir ou abordar o agroecossistema na perspectiva pedagógica e interdisciplinar é detalhar todo esse processo histórico de inclusão, e o manejo que a gente vem fazendo”, diz. “Não só no manejo do ambiente, na verdade, mas no manejo do ambiente no sentido de se abordar a epistemologia do lugar, o saber local. Tudo isso faz parte de uma interdisciplinaridade no conceito de agroecossistema, que merece uma abordagem que passe pela inclusão social, pela igualdade de gênero, a promoção da geração de renda para a juventude, a manutenção dessa juventude no campo e a criação de cooperativas para que possam representar os agricultores em suas debilidades e fragilidades. Fortalecendo o território e a comunidade”, conclui o agrofloreiro do MST. ●

Já pensou em ficar sabendo de tudo que acontece na Poli em tempo real?

Nas nossas **redes sociais**, você pode acompanhar diariamente todas as **novidades** sobre a Escola, informações sobre saúde, trabalho e educação, além de destaques da área Educação Profissional em Saúde!

40K

Somados, nossos perfis no **Instagram** (@epsjv_fiocruz), no **Facebook** (@EPSJVFiocruz) e no **Twitter** (@EPSJVFiocruz), já contam com quase **40 mil seguidores!**

Siga nossas redes para ficar por dentro do dia-a-dia na Poli: cursos e seus calendários de inscrição; notícias; reportagens; publicações científicas; projetos; trabalhos e pesquisas. E você ainda conhece quem são os **trabalhadores e estudantes** que transformam a nossa Escola em um espaço de **produção da ciência** seguindo os princípios da **educação politécnica antirracista** todos os dias.

Venha conhecer mais nosso trabalho!

EXPOSIÇÃO



**MANGUINHOS
DE MUITAS
MEMÓRIAS**

HISTÓRIAS DOS TRABALHADORES TÉCNICOS DA FIOCRUZ

Exposição virtual com o propósito de estabelecer um lugar de memória para os primeiros trabalhadores técnicos, os antigos auxiliares de laboratório, que atuaram nos primeiros 30 anos de existência da Fiocruz.

ACESSE:

www.expomemorias.epsjv.fiocruz.br

